



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL PPG-MADER**

Mulheres e Agroflorestas no Cerrado

LUIZ CLÁUDIO MOURA SANTOS

2017



FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL PPG-MADER

Mulheres e Agroflorestas no Cerrado

Luiz Cláudio Moura Santos

Matrícula: 1500288/49

Sob a orientação da Profa. **Dra. Laura Maria Goulart Duarte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Faculdade UnB – *Campus* Planaltina para a obtenção de qualificação de pesquisa.

Brasília, 08 de Abril de 2017

Dedico esse trabalho à minha família, especialmente meus pais, aos meus amigos e companheiros de jornada.

Resumo

O modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil nos anos 60 e 70 se baseou nos princípios da modernização conservadora que consistiu na transferência de tecnologia de ponta para o campo e no fomento aos monocultivos em larga escala para o mercado externo. O enfoque totalmente produtivo dessa abordagem, impactou negativamente na preservação e conservação da sociobiodiversidade do Bioma Cerrado. Nesse contexto, a Agricultura Familiar, que costuma utilizar práticas agroecológicas para a produção de grande parte dos alimentos consumidos pelo brasileiro, foi encurralada pelo avanço da fronteira agrícola e teve sua importância no processo de assegurar a soberania alimentar da população negligenciada. Essas práticas agroecológicas em comunidades rurais de agricultores familiares, normalmente, são protagonizadas por mulheres por conta de suas atribuições ligadas à saúde e alimentação. Porém, o processo de desenvolvimento modernizador no campo agravou às desigualdades de gênero por não reconhecer e valorizar o papel da mulher na dinâmica rural. Isso contribuiu no processo de invisibilidade da atuação feminina, bem como inviabilizou a disseminação de ações de base agroecológicas, às quais elas são precursoras, o que pode ser visto mais claramente em assentamentos de reforma agrária. A Agrofloresta é uma prática agroecológica que busca conciliar conservação e produtividade no estabelecimento de cultivos que estejam em consonância com os agroecossistemas locais. Dessa forma, este trabalho de pesquisa, realizado em dois assentamentos de reforma agrária no entorno do Distrito Federal, busca identificar quais fatores podem influenciar nas práticas agroflorestais de assentadas e como essas práticas contribuem no surgimento de estratégias de protagonismo e visibilidade dessas mulheres com vistas a valorizar a biodiversidade, promover a soberania alimentar e combater às desigualdades de gênero. Espera-se que esses elementos, devidamente articulados, possam contribuir para a criação de um ambiente propício à ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável por meio do protagonismo das mulheres e na Agroecologia.

Palavras chaves: *Desenvolvimento Rural, Agroecologia, Gênero.*

Lista de Quadros

Quadro I – Fatores condicionantes às práticas agroflorestais de Mulheres assentadas.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

AMERA – Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais e Artesanais de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

CARE – Cooperative Assistance and Relief Everywhere

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER – Empresa de Assistência Técnica Rural

FETAEG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAES – Módulos Agroecológicos Sucessionais

MATR – Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

NEPEAS – Núcleo de Estudo em Agroecologia

ONG – Organização não-governamental

PA – Projeto de Assentamento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar

RB – Relação de Beneficiários

UnB – Universidade de Brasília

Sumário

1. Introdução	8
2. Gênero e desenvolvimento rural.....	12
2.1 Modernização conservadora no campo e impactos na agricultura familiar.....	12
2.2 A abordagem de gênero e o papel da mulher rural na agricultura familiar	17
2.3 Agroecologia: uma nova concepção de desenvolvimento e a importância da mulher na abordagem agroecológica.....	20
3. Mulheres e Agroflorestas.....	24
3.1 Os saberes agroecológicos das mulheres no meio rural	24
3.2 Agrofloresta: uma prática agroecológica.....	27
4. O lugar das mulheres assentadas.....	29
4.1 Um olhar sobre o Assentamento Lagoa Seca.....	31
4.2 Mulheres do Assentamento Lagoa Seca	33
4.2.1 Josa e a transição agroecológica	33
4.2.2 Dalva e a autonomia relativa	38
4.2.3 Apolônia e o encontro com a Agrofloresta	43
4.3 Um olhar sobre o Assentamento Márcia Cordeiro Leite (Monjolo)	45
4.4 Mulheres do Assentamento Marcia Coerdeiro Leite (Monjolo)	47
4.4.1 Cícera: a liderança da “solteirona” no Assentamento.....	47
4.4.2 Valda e a revalorização das relações de gênero	50
4.4.3 Geralda: a luta da mulher nos espaços de tomada de decisão da comunidade	52
5. Mulheres assentadas e a prática agroflorestal.....	55
6. Conclusão	63
7. Referências Bibliográficas	65

1. Introdução

As mulheres representam um papel fundamental na dinâmica das comunidades rurais espalhadas pelo bioma Cerrado. Elas costumam desempenhar o trabalho reprodutivo familiar, que envolve os cuidados com a casa e com os filhos/família, o trabalho produtivo, que pode envolver a produção para subsistência, e as atividades, agrícolas ou não, que complementam a renda familiar, e, por fim, o trabalho comunitário que, normalmente, abrange a participação nas atividades da Igreja, de associações e de grupos informais.

Segundo Abramovay e Silva (2000) e Heredia e Cintrão (2006), a mulher rural é responsável pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com o quintal, o que envolve desde o cuidado com pequenos animais até a cultura de alimentos para o autoconsumo ou para transformação. Como essas atividades não geram renda, não são consideradas trabalho produtivo. Dessa forma, as atividades agrícolas realizadas pelas mulheres são interpretadas como uma extensão de suas atribuições domésticas.

De uma maneira geral, isso impede que as mulheres sejam reconhecidas como trabalhadoras rurais e, até mesmo, como cidadãs. A sua participação é praticamente invisível ou considerada apenas uma ajuda. Seus conhecimentos e experiências são, na maioria das vezes, menosprezados, enquanto o homem é considerado o verdadeiro produtor rural. A representação pública da família, bem com a tomada de decisão na propriedade, são atividades outorgadas aos homens, permanecendo as mulheres restritas ao contexto doméstico.

Na década de 70 surgiram as primeiras articulações no Brasil envolvendo mulheres com o objetivo de denunciar a situação de submissão e desigualdade, inclusive, no meio rural. Isso porque o movimento feminista ganhou maior abrangência no país, ressoando também nos espaços e nas lutas do campo. As demandas defendidas pelo movimento consistiam em reivindicar a emancipação da mulher e mudanças nas relações de gênero. Além disso, reivindicavam melhores condições de saúde e de alimentação, defendendo esses elementos como fatores fundamentais na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Para as mulheres, o modelo de desenvolvimento deve ser capaz de melhorar as condições de sobrevivência das famílias de agricultores de forma sustentável ao longo do tempo (SILIPRANDI, 2000). Assim, o modelo predominante de desenvolvimento modernizador¹, patriarcal e capitalista, representado, sobretudo, pelo avanço do agronegócio, é um importante obstáculo às propostas das mulheres que se baseiam na promoção de um

¹Para o *desenvolvimento modernizador*, o estado de desenvolvimento é bem definido: é representado pelas instituições e valores hegemônicos nas sociedades industriais avançadas, e os processos de desenvolvimento envolvem crescimento econômico, industrialização, transferência de tecnologia moderna, integração à economia capitalista globalizada. A condição presente dos povos empobrecidos é então caracterizada como subdesenvolvida. O desenvolvimento seria uma negação do *subdesenvolvimento* (LACEY, 2008).

projeto de agricultura que respeite a natureza, produza alimentos e promova a biodiversidade e a soberania alimentar.

As Agroflorestas são sistemas capazes de minimizar, de forma significativa, alguns desafios socioambientais do mundo rural atual, particularmente no que diz respeito à produção de alimentos, de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis, incrementando a renda e garantindo a segurança alimentar e nutricional de famílias, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, elas surgem como uma alternativa interessante às mulheres que, no geral, se colocam como precursoras e protagonistas de iniciativas de base agroecológica em comunidades rurais.

Considerando a importância e o caráter protagonista da mulher no que se refere às ações de base agroecológica que conciliem a valorização da biodiversidade e a produção de alimentos, esta pesquisa pretende identificar e analisar os fatores que podem estimular ou limitar as mulheres de dois assentamentos de reforma agrária (um no interior de Goiás, município de Santa Rita do Novo Destino, e outro no entorno do Distrito Federal, em Planaltina) a assumir a prática agroflorestal como sistema produtivo e alimentar, e, em consequência, desencadear a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para a efetivação de projetos e de ações agroecológicas que permitam incentivar práticas agroflorestais, assim como possibilitem maior envolvimento e participação das mulheres de assentamentos de reforma agrária nesse processo.

Normalmente, dentre os trabalhos desenvolvidos no Brasil na área da conservação ambiental e da agroecologia, é comum verificarmos um enfoque mais voltado ao aspecto produtivo/econômico ou ambiental. Porém, Siliprandi (2000) ressalta que os sujeitos, em especial as mulheres, desempenham papel específico nos sistemas produtivos das unidades familiares, mas que esse papel é ignorado, ou, no limite, considerado como menos importante no momento do planejamento e da execução dessas iniciativas.

Embora contribuindo como força de trabalho direta na produção e nas atividades de manutenção e de reprodução da família, na maioria das vezes, as mulheres não têm poder decisório sobre os aspectos produtivos e sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar (SILIPRANDI, 2000).

A divisão sexual do trabalho se define pelo que é considerado produtivo, reforçando a ideia do homem como o provedor da família e, portanto, o responsável pelo processo de negociação e de tomada de decisão. São consideradas produtivas somente as atividades que geram renda e que, geralmente, aparecem como aquelas exercidas pelos homens. Já o trabalho reprodutivo é aquele realizado pelas mulheres no cuidado da casa, da alimentação, do marido, das filhas e dos filhos. Trabalho esse que nunca cessa, pois são elas as primeiras a acordar e as últimas a descansar. Segundo a PNAD²

²PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – investiga anualmente, de forma permanente características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características

(2011), as mulheres gastam, em média, 21,8 horas semanais para a realização das tarefas domésticas, enquanto os homens dedicam apenas 10,3 horas para as mesmas atividades.

Além de serem responsáveis por grande parte da atividade doméstica, as mulheres também realizam trabalhos na esfera produtiva, como as tarefas dos roçados, o cuidado com o quintal no cultivo de plantas medicinais, de frutas, de hortaliças e a criação de pequenos animais (galinhas, porcos, cabras, dentre outros). Porém, esse trabalho importantíssimo, é considerado apenas uma ajuda na dinâmica de funcionamento de uma unidade familiar de produção.

O modelo de desenvolvimento rural modernizador, marcado pela transferência de tecnologia moderna e pelo latifúndio, em detrimento da produção familiar, contribuiu sobremaneira para intensificar ainda mais a divisão sexual do trabalho.

As conquistas dos movimentos feministas tiveram forte impacto no meio rural, especialmente no que se refere à posse da terra, ao acesso ao crédito e ao desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para melhorar a vida das mulheres. No entanto, as políticas de desenvolvimento rural ainda são decididas e implantadas sem a participação ativa das mulheres e sem levar em consideração seus pontos de vista e suas demandas específicas (SILIPRANDI, 2009). Ainda de acordo com Siliprandi (2009), é preciso institucionalizar o espaço a ser ocupado permanentemente pelas mulheres rurais, não como componentes subordinados dentro da unidade familiar de produção, mas como sujeitos plenos de direitos e como beneficiárias diretas de políticas.

Apesar dos esforços já existentes para identificar experiências de base agroecológica, observa-se que, em geral e em sua grande maioria, as experiências sistematizadas são protagonizadas por homens, e as sistematizações destacam o papel da família sem problematizar as relações de gênero e a importância dos papéis desenvolvidos pelos diversos membros da família (ACTION AID, 2010). Isso contribui para tornar ainda mais difícil o reconhecimento do trabalho e da atuação das mulheres na construção da agroecologia, seja na esfera produtiva ou na reprodutiva.

Adélia Schmitz, liderança do Movimento de Mulheres Camponesas³, considera que as mulheres se encontram numa posição privilegiada para perceber o que realmente é necessário para o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, uma vez que são responsáveis pela alimentação e saúde da família, além da busca de água, lenha e de outros

sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 44 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil (IBGE).

³O Movimento das Mulheres Camponesas – MMC – foi criado oficialmente em 2004. De forma isolada nos estados brasileiros, as organizações de mulheres existiam desde a década de 1980, como é o caso do MMA em SC, do MMTR no RS e Paraná e das extrativistas no Norte e Nordeste do Brasil, como as quebradeiras de coco de babaçu. Na década de 1990, esses movimentos começaram a se articular e criaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR, que resultou na criação do MMC.

recursos combustíveis em remanescentes das matas. Nesse sentido, o termo sustentável consiste na disseminação de experiências de base agroecológica com valorização da biodiversidade e dos recursos naturais, como é o caso do sistema agroflorestal (PAULILO e DA SILVA, 2007).

As Agroflorestas proporcionam maior segurança e autonomia às famílias de agricultores no que se refere à ampliação do acesso a alimentos saudáveis e à renda. Em muitas comunidades espalhadas pelo país, a adesão ao sistema agroflorestal representou uma alternativa de reprodução social, assim como possibilitou enfrentar os obstáculos ambientais e os imperativos da legislação.

Considerando o panorama descrito, o presente trabalho buscará responder a quatro grandes questões:

a) Quais os principais fatores que influenciam as decisões e as ações das mulheres de assentamentos de reforma agrária no que se refere à prática agroflorestal?

b) Quais as contribuições das práticas agroflorestais no que se refere à construção de estratégias de protagonismo e de visibilidade das mulheres de assentamentos de reforma agrária em relação à valorização da biodiversidade, à promoção da soberania alimentar das famílias e à diminuição das desigualdades de gênero nos respectivos assentamentos?

c) As estratégias de protagonismo e as práticas agroflorestais desenvolvidas pelas mulheres se fazem refletir em inovações sociotécnicas⁴?

d) As estratégias de protagonismo e as práticas agroflorestais desenvolvidas por essas mulheres apresentam diferenças de um assentamento para outro? Em caso afirmativo, quais são essas diferenças e quais os fatores as determinam?

Essa pesquisa buscou destacar a importância das mulheres como protagonistas no processo de desenvolvimento rural sustentável, com o objetivo geral de contribuir para o reconhecimento da agrofloresta como sistema importante/fundamental dentro de um modelo de produção agroecológico que promove a valorização da biodiversidade, a soberania alimentar e a equidade de gênero.

São objetivos específicos do trabalho:

a) Identificar e analisar os principais fatores que influenciam as decisões e as ações das mulheres de assentamentos de reforma agrária no que se refere à prática agroflorestal;

⁴ As inovações sociotécnicas constituem uma tecnologia organizativa e grupal que envolve um saber fazer e um saber aliar-se, implicando processos de aprendizagem que podem ser replicados (HERRERA; UGARTE, 2008). Consistem em transformações lentas, de médio e longo prazo, por meio de mudanças cumulativas.

b) Analisar se e de que forma as práticas agroflorestais contribuem (ou não) para a construção de estratégias de protagonismo e de visibilidade das mulheres, e como isso pode caracterizar inovações sociotécnicas;

c) Comparar as estratégias de protagonismo e as práticas agroflorestais desenvolvidas pelas mulheres em dois assentamentos selecionados. Identificar as diferenças existentes entre essas práticas e os fatores que determinam essas diferenças.

Nossa hipótese geral é a de que as práticas agroflorestais realizadas por mulheres de assentamentos de reforma agrária podem ser uma importante ferramenta para a promoção do protagonismo e da visibilidade dessas mulheres, tanto porque podem contribuir para a valorização da biodiversidade, a promoção da soberania alimentar e da equidade de gênero, quanto podem significar a construção de inovações sociotécnicas. Esses elementos, devidamente articulados, podem se constituir como bases para o estabelecimento de estratégias e de ações públicas e privadas voltadas a um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Em termos específicos, nossa hipótese é a de que, ao serem condicionadas por diferentes fatores, essas práticas podem apresentar dinâmicas específicas e diferenciadas, de acordo com a trajetória das mulheres envolvidas e dos contextos em que se desenvolvem (no caso deste estudo, os dois assentamentos selecionados).

2. Gênero e desenvolvimento rural

2.1 Modernização conservadora no campo e impactos na agricultura familiar

O início dos anos 1970 no Brasil foi marcado pelo “milagre brasileiro”, ou, como denomina Reis Filho (2014), os “anos de ouro” da ditadura. Durante esse período, a economia brasileira atingiu índices jamais alcançados. A indústria expandiu, foram realizadas obras de infraestrutura, consolidou-se o ramo das telecomunicações por meio da tevê a cores; além de terem sido direcionados fortes investimentos para a modernização da agricultura. Contudo, esse surto desenvolvimentista deve ser analisado de maneira crítica, uma vez que, apesar de todo o crescimento econômico, aumentaram as desigualdades no país, enriquecendo ainda mais quem já detinha poder econômico e acentuando a pobreza dos mais desfavorecidos.

No que diz respeito à modernização da agricultura, verifica-se que está se deu balizada numa visão que reduzia o rural ao agronegócio. Como aponta Delgado (2010), a participação do Estado foi crucial para o desenvolvimento desse setor. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica Rural (EMBRATER), bem como a criação de incentivos fiscais, a minidesvalorização cambial e, sobretudo, a ampla oferta de crédito rural, foram os principais instrumentos das políticas voltadas à modernização agrícola durante esse período. Cabe destacar a importância do crédito rural, cuja abundante oferta até

1976 fez com que tivesse significativa presença na constituição da renda agrícola.

É importante destacar que a influência da base social que apoiava o governo instaurado pelo golpe militar em março de 1964, composta por liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados insatisfeitos com o governo do então presidente João Goulart, fez com que a política de modernização rural fosse reforçada, especialmente no que tange à grande produção voltada para a exportação (MOTTA, 2014).

Segundo Motta (2014), podemos chamar essa modernização de conservadora por se tratar de processos de mudança contraditórios em que o novo negocia com o velho, mantendo em vigor e atualizando certos traços do passado, enquanto outros são transformados. Nesse sentido, pode-se afirmar que, apesar dos esforços estatais para estimular o desenvolvimento das atividades do campo, esses apenas serviram para manter o *status quo*, preservar a mesma estrutura de dominação e conservar o controle do setor nas mãos daqueles que já o detinham antes de deflagrado o golpe militar.

Delgado apresenta algumas características da política de modernização do campo e nos fornece subsídios para traçar um breve perfil desse período. São elas:

[...] (1) o crédito agrícola subsidiado se concentrou nas regiões Sul e Sudeste, acentuando os desequilíbrios regionais existentes; (2) privilegiou principalmente os grandes produtores e alguns médios, aumentando a concentração fundiária (houve uma queda do número de estabelecimentos com menos de 50 ha); (3) favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/preço dos produtos alimentares, provocou acentuado desequilíbrio na relação entre produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internacionalização do que na época se chamou de “complexo agroindustrial”, a montante e a jusante, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também conhecido como de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; (5) é impensável sem a conjuntura internacional extremamente favorável, tanto do ponto de vista da demanda por exportações de produtos agrícolas, como pela disponibilidade de crédito no sistema financeiro mundial; e (6) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970 (DELGADO, 2010, p. 34).

O Golpe Militar de 1964 foi resultado de uma complexa soma de fatores, dentre os quais se destaca o impedimento da concretização das reformas de base. Dessa forma, a ditadura que se instaurou, com o reforço do Ato Institucional nº 5, foi marcada por medidas conciliatórias com vistas a mascarar as desigualdades políticas e sociais existentes no país. A ideia fundamental dessas medidas era conter qualquer manifestação e retomar o controle e a ordem positivista no país.

O desenvolvimento do campo, fomentado pelo Estado, por priorizar a agroexportação e os proprietários de grandes latifúndios, somente contribuiu para a manutenção da estrutura vigente, o que foi legitimado pelas notícias de crescimento do agronegócio. Levando em consideração o fato de que as noções de rural e de desenvolvimento agrícola estavam em disputa, ganhando a ideia de rural enquanto agronegócio, e a de desenvolvimento enquanto modernização conservadora, outras visões foram preteridas, afetando diretamente os pequenos produtores, a agricultura familiar, os assentamentos, dentre outros grupos/atores sociais rurais.

Outra característica desse modelo conservador de modernização do campo foi o incentivo à monocultura e à expansão territorial. Se levarmos em consideração que “atualmente o espaço brasileiro de maior difusão do agronegócio é o Cerrado” (ALMEIDA, 2010), é possível afirmar que o referido bioma foi intensamente afetado pelas políticas de desenvolvimento rural.

De acordo com os resultados do Projeto TerraClass Cerrado⁵ de 2013, o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, cuja extensão chega a aproximadamente 2 milhões de km², o que equivale a cerca de 22% do território nacional, localizando-se entre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná e São Paulo. Nele estão as nascentes das bacias do Araguaia-Tocantins e do São Francisco, além dos principais afluentes das bacias Amazônica e do Prata, o que faz do Cerrado um bioma importante, do ponto de vista estratégico, quando o assunto são os recursos hídricos.

Excluindo os 55% de vegetação natural, 30% do Cerrado estão hoje ocupados, principalmente, por pastagens, enquanto a agricultura responde por 8,5% do total. Há também espaços ocupados, por exemplo, por áreas urbanas. Os Estados com os menores níveis de vegetação natural são São Paulo, com 17%, Mato Grosso do Sul, com 31%, e Minas Gerais, com 48% (TERRACLASS CERRADO, 2013).

Ainda segundo o TerraClass Cerrado, esse bioma passa por densos processos de modificação de *habitat* por conta do avanço das atividades agropecuárias e de exploração dos recursos naturais. Esse é um processo que teve início nos idos dos anos 1960, pois antes disso o Cerrado ainda se mantinha como área isolada e pouco habitada.

O ponto de partida para a ocupação do Cerrado foi a construção de Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A mudança da capital do país para o Centro-Oeste criou uma conjuntura que facilitou a expansão da fronteira agrícola para a região. Para além da construção de estradas, o aumento da disponibilidade de transporte e os incentivos para a aquisição de terras a preços baixos, concretizados a partir do deslocamento do centro político-

⁵ Projeto fomentado e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação de técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para realizar o mapeamento do uso e cobertura vegetal do bioma Cerrado.

administrativo do governo para Brasília, intensificou o fluxo migratório de agricultores e trabalhadores rurais de outras regiões do Brasil.

Somados a isso, a grande oferta de crédito do início dos anos 1970, assim como todos os outros instrumentos da política de modernização do campo descritos acima, também contribuíram como incentivo para várias pessoas mudarem para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho e em busca da realização do sonho da posse do próprio pedaço de terra.

Como bem destaca Almeida (2010), a maioria dos que se estabeleceram no Centro-Oeste vieram da região Sul, onde eram pequenos produtores. No Cerrado, adquiriram grandes propriedades a preços baixos, para a produção de monoculturas em larga escala, principalmente de grãos. O êxodo rural foi outro fato observado por esse autor: à medida que os novos produtores chegavam, os moradores locais, quase sempre pequenos produtores que viviam da agricultura familiar, foram vendendo suas propriedades e mudando para os grandes centros urbanos, também em busca de melhores condições de vida.

Duarte (2014) observa que,

Durante todo esse período, as políticas de crédito, subsídios, assistência técnica e extensão rural, assim como os investimentos públicos em infra-estrutura, foram direcionados em benefício das grandes propriedades e das unidades produtivas “modernas”, com melhores capacidades de se adequar ao novo padrão de desenvolvimento agrícola, ficando à margem do sistema de benefícios aquelas consideradas mais atrasadas, que não apresentavam capacidade ou potencial para recuperar o atraso técnico, se integrar e responder satisfatoriamente às demandas do sistema de produção (DUARTE, 2014, p. 06)

Para a autora, o modelo de desenvolvimento rural que se tornou hegemônico a partir dos anos 1970 “ao mesmo tempo em que aumentou a especialização e a produtividade, aumentou a concentração fundiária, de renda e de poder no campo, e promoveu a perda de autonomia e a dependência de grande parte dos agricultores familiares em relação à agroindústria e ao mercado” (DUARTE, 2014, p. 06). Outro aspecto observado por Duarte, além dos impactos socioeconômicos, é de que a modernização da agricultura também desconsiderou a capacidade de suporte dos ambientes naturais e aprofundou a degradação ambiental já iniciada no período colonial.

Entretanto, essa estratégia começou a dar mostras de fragilidade no início do período neoliberal dos anos 1980 e entraria em colapso nos anos 1990. Conforme Delgado (2010), durante os anos 1980, a oferta de crédito sofreu uma drástica redução, culminando numa freada no processo de modernização conservadora do campo. Paralelamente a isso, houve o fim da ditadura militar, o processo de redemocratização do país e a construção de novos espaços democráticos, permitindo a reestruturação de movimentos sociais desmantelados pelos militares, bem como o surgimento de outros tantos. Nesse contexto de mudanças na direção de uma abertura democrática, ganhou forças a defesa por novos modelos de desenvolvimento do campo, que levassem em consideração os agricultores familiares.

Segundo esse autor, durante a década de 1990, se verifica no Brasil a intensa disputa entre dois projetos: de um lado, um modelo neoliberal baseado no agronegócio, e de outro, um projeto democratizante, baseado na reforma agrária e num modelo de desenvolvimento que priorizava a agricultura familiar.

As tensões implícitas e explícitas entre esses dois projetos implicaram a necessidade de um olhar mais aprofundado sobre o rural, a partir do qual foi possível dar visibilidade aos agricultores familiares como sujeitos de direitos; sujeitos com noções diferentes de desenvolvimento rural que reivindicavam o reconhecimento da importância de suas atividades junto ao Estado e à sociedade brasileira.

Como salientado por Duarte (2014, p. 09), “apesar das dificuldades impostas por um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, a agricultura familiar não desapareceu. Ao contrário, diferenciando-se e adaptando-se de acordo com cada contexto e situação específicos, foi ganhando novas roupagens, novos significados, novos espaços, alcançando visibilidade e reconhecimento a partir das últimas décadas do século XX”.

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, um empreendimento ou estabelecimento rural familiar é aquele que desempenha atividades no meio rural, cuja área não é maior que quatro módulos fiscais, predomina a mão de obra da própria família em suas atividades, é responsável por um percentual mínimo da renda da respectiva família, que também é responsável pela direção e administração do empreendimento ou estabelecimento (BRASIL, 2006).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, dos mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais existentes no Brasil, quase 4 milhões e meio eram caracterizados como agricultores familiares de acordo com a descrição supracitada. Contudo, a agricultura familiar ocupa uma área de pouco mais de 80 milhões de hectares, enquanto os demais estabelecimentos ocupam uma área de quase 250 milhões de hectares (IBGE, 2006). Na região Centro-Oeste, onde se localiza a maior parte da extensão territorial do bioma Cerrado, eram cerca de 220 mil estabelecimentos de agricultura familiar, ocupando uma área de quase 9.400.000 ha, para cerca de 24 mil estabelecimentos não familiares, ocupando uma área de quase 95 milhões de hectares (IBGE, 2006).

Ainda segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, movimentando 35% do PIB nacional e empregando 40% da população economicamente ativa. Esses dados revelam que, muito embora a maior parte da área cultivada no Brasil esteja sob o domínio do agronegócio, a agricultura familiar apresenta um importante papel na economia nacional.

Cabe destacar a importância da agricultura familiar para o abastecimento interno, especialmente de alimentos. Enquanto o agronegócio prioriza a monocultura e a exportação, a agricultura familiar produz uma grande diversidade de produtos, sendo que a maior parte deles vai para a mesa da população brasileira garantindo a soberania alimentar no país.

2.2 A abordagem de gênero e o papel da mulher rural na agricultura familiar

Em se tratando de agricultura familiar, apesar de um expressivo número de sujeitos garantirem sua subsistência a partir desse sistema e, como demonstrado no tópico anterior, a soberania alimentar do país, ainda se trata de uma minoria política, levando em consideração a força econômica e a influência política do agronegócio.

Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE), mais de 12 milhões de pessoas com mais de 14 anos trabalhavam na agricultura familiar no Brasil, o que correspondia a aproximadamente 75% da mão de obra ocupada no campo. Desse número, a maior parte é composta por homens, enquanto as mulheres representavam apenas um terço das pessoas ocupadas com a agricultura familiar, ou seja, aproximadamente 4,2 milhões de mulheres. De acordo com esses dados, um estabelecimento rural familiar se caracteriza, em média, por 1,75 homem e 0,86 mulher com mais de 14 anos trabalhando. No estado de Goiás, essa discrepância aumenta, chegando a quase o dobro de homens em relação às mulheres nessas mesmas condições: 129.757 homens para 66.018 mulheres.

O Censo também registrou que pouco mais de 600.000 estabelecimentos rurais familiares são dirigidos por mulheres, o que representa cerca de 13% do total. Nos estabelecimentos não familiares, esse número cai para 7%. Em Goiás, o percentual de estabelecimentos rurais familiares dirigidos por mulheres aumenta para cerca de 21,5%.

Ao nos debruçarmos sobre esses dados, é possível afirmar que a participação de mulheres, tanto ocupando a posição de direção como na condição de mão de obra ocupada, é bastante reduzida, sendo esse setor predominantemente ocupado por homens. Esses dados representam uma realidade complexa e multifacetada, que exige um esforço crítico para uma análise mais aprofundada.

Assim como os demais grupos sociais, os grupos formados por sujeitos que vivem da agricultura familiar são marcados pela diversidade. E, no caso desses grupos, além de se constituírem, de maneira macro, como minorias políticas, ainda abrigam em seu seio, diversos processos de opressão e de invisibilidade, à semelhança do que ocorre com as mulheres.

São diversos os estudos científicos realizados com a finalidade de entender o lugar da mulher na sociedade e nas relações de trabalho. Durante muito tempo, as questões relacionadas ao gênero foram marcadas pelo determinismo biológico. A distinção entre homens e mulheres se baseava em fatores puramente biológicos (cromossomos, genitália, sistemas endócrino e reprodutor, estrutura física etc.). Assim, o gênero era entendido como um fenômeno natural, que deveria ser aceito: nascia-se homem ou mulher. Esse conjunto de diferenças biológicas, organizadas numa lógica binária, guiava a compreensão sobre o comportamento humano e atribuía à constituição biológica do indivíduo o poder de determinar a posição ocupada dentro da sociedade. Em

linhas gerais, justificava-se a subordinação do feminino em relação ao masculino através de causas naturais.

A partir da década de 1970, começa a ganhar força, sobretudo nas ciências humanas, estudos que apontam fatores sociais, culturais, políticos e econômicos como responsáveis pela organização das relações de gênero, afastando-se da concepção puramente biológica. Como defende Scott (1989), é nesse momento que o termo gênero começa a ser utilizado como categoria analítica, em princípio pelas feministas norte-americanas que defendiam o seu caráter social e, posteriormente, por outros grupos sociais.

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1989).

Dessa forma, a concepção de “gênero” começa a ser empregada para explicar o modo pelo qual são construídas socialmente as identidades subjetivas de homens e mulheres, rejeitando justificativas puramente biológicas. O gênero passa a ser “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1989)

Inaugura-se um novo campo de estudo, abrindo espaço para novas perspectivas e novas formas de compreender a história e a constituição dos sujeitos como sujeitos históricos. Crescem os esforços para a construção de teorias capazes de fundamentar a concepção de gênero como uma construção social a partir da qual a sociedade define os papéis a serem exercidos por homens e por mulheres.

Desses esforços, surgem três correntes: a primeira parte das origens do patriarcado, explicando a “necessidade” de o homem dominar a mulher, enxergando o processo de reprodução do comportamento de dominação como o ponto central da questão. Isso porque, para essa vertente, a necessidade de dominação nasce da privação do homem em relação ao processo de reprodução da espécie. Assim, a libertação da mulher viria por meio de uma profunda compreensão do processo reprodutivo e da sexualidade em si. Uma segunda vertente parte de bases marxistas, aliando-se a críticas empreendidas pelo movimento feminista, por meio das quais se buscava uma explicação materialista histórico-dialética para a divisão sexual do trabalho não baseada em premissas biológicas e naturais positivistas. A terceira vertente baseou-se em teorias advindas da psicanálise, a fim de compreender, do ponto de vista da psique, como se constroem as identidades de gênero.

Diante disso, pode-se afirmar que o surgimento desse aparato teórico possibilitou as condições para que o conceito de gênero (como condição social e não como condição biológica) começasse a ser desenhado. Segundo Scott, o gênero é um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram identificar as maneiras como o conceito de gênero

legítima e constrói as relações sociais, começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade em contextos específicos, assim como a reciprocidade entre gênero e política, ou seja, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1989).

Considerando a relação entre gênero e política, no sentido apresentado por Scott (1989), é possível pensar numa outra leitura dos dados apresentados pelo Censo Agropecuário 2006 que limita-se a apresentar apenas um levantamento quantitativo sobre o espaço rural brasileiro não abordando as razões pelas quais se encontra um número maior de homens do que de mulheres trabalhando no campo. Assim, o aparato teórico sobre o gênero como construção social pode lançar luz sobre esses dados, de modo que seja possível estabelecer alguns paralelos.

Levando em consideração o processo histórico, social, cultural e econômico de submissão da mulher, pode-se pensar sobre a divisão sexual do trabalho no campo a partir da ideia de uma hierarquização baseada em fatores biológicos (o processo de reprodução da espécie, no caso das mulheres, e o porte físico, no caso dos homens), que impõe à mulher a função de cuidar da casa e dos filhos, e, ao homem, a função de ser o provedor. No entanto, esta visão acarreta a invisibilidade das contribuições femininas e a ideia de predominância masculina.

O trabalho destinado às mulheres é resultado de um processo cultural e de uma estrutura patriarcal, e, quando desenvolvido, principalmente na esfera doméstica ou próxima a ela, implica um elevado grau de invisibilidade. Nas áreas rurais, essa característica é ainda mais evidente, uma vez que as desigualdades de gênero são ainda mais acentuadas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

Segundo Siliprandi (2013), a atividade de muitas mulheres no campo se direciona para a produção de alimentos, a criação de pequenos animais, o cuidado com a propriedade, o armazenamento de sementes e a transmissão dos conhecimentos sobre formas de produção e uso de plantas medicinais. Essas ações, na maioria dos casos, são consideradas acessórias e/ou complementares à atividade comercial principal, que geralmente é de responsabilidade dos homens.

Dessa forma, o que se entende por trabalho produtivo no campo acaba não abrangendo as experiências vividas por mulheres e não considerando as práticas por elas desenvolvidas como meios de produção e de subsistência, retirando-as da posição de sujeitos do processo de desenvolvimento rural e colocando-as numa posição subordinada dentro do estabelecimento rural familiar. Trata-se de um duplo processo de invisibilização motivado pela combinação das condições de ser mulher e de ser agricultora.

Nessa perspectiva, o processo de modernização conservadora vivido pelo Brasil na década de 1970, que reduziu a ideia de desenvolvimento rural à ideia de desenvolvimento do agronegócio, também influenciou bastante a formação do quadro de subalternidade da mulher agricultora; pois, ao não fornecer condições, tanto materiais como políticas, para a discussão sobre outros

modelos de desenvolvimento rural, negligenciou as unidades rurais familiares e contribuiu de forma direta para o agravamento do não reconhecimento das mulheres e da importância de seu trabalho enquanto agricultoras.

Ao serem consideradas apenas como parte complementar e não como sujeitos diretos dentro da dinâmica do trabalho rural, as mulheres não são ouvidas no momento da criação e implantação de políticas para o desenvolvimento do campo.

Sobre essa invisibilidade, a utilização do conceito de divisão sexual do trabalho consolidado desde a industrialização possibilita a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, considerado como não-trabalho, porque confunde produção com produção de mercadorias e o trabalho com emprego (MELO & SABBATO, 2006). Esta percepção contribui para que seja feita uma associação linear entre a atividade masculina com a produção mercantil e a feminina com atividade familiar doméstica e o significado dessa associação é a percepção da invisibilidade do trabalho das mulheres e a desvalorização do lugar da mulher na sociedade.

Apesar de, nos últimos anos, terem se multiplicado projetos e políticas de fomento à produção agroecológica no contexto da agricultura familiar. O papel protagonista da mulher rural no que se refere a implementação de ações de base agroecológicas ainda permanece não tendo sua relevância considerada.

2.3 Agroecologia: uma nova concepção de desenvolvimento e a importância da mulher na abordagem agroecológica

Ao longo da sua história, a agroecologia teve diversas contribuições, de distintas origens, que constituíram sua base teórica e conceitual. O movimento ambientalista foi, sem dúvida, o maior incentivador intelectual da agroecologia, pois, à medida que questões ambientais pertinentes surgiam, era construída uma relação clara dessas questões com o modelo convencional de agricultura (THEODORO et al, 2008).

A agroecologia se sustenta sobre uma concepção mais profunda tanto da natureza como dos agroecossistemas. Trata-se de uma nova abordagem que integra princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e à avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 1998).

A abordagem agroecológica estimula os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é, portanto, trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos, onde as interações ecológicas e a sinergia entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas (ALTIERI, 1987).

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas

condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades. Às vezes, as perturbações podem ser superadas por agroecossistemas vigorosos, que sejam adaptáveis e diversificados o suficiente para se recuperarem passado o período de estresse. Ocasionalmente, os agricultores que empregam métodos alternativos podem ter de aplicar medidas mais drásticas (isto é, inseticidas botânicos, fertilizantes alternativos) para controlar pragas específicas ou deficiências do solo. A agroecologia engloba orientações de como fazer isso, cuidadosamente, sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis. Além da luta contra as pragas, doenças ou problemas do solo, o agroecologista procura restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Se a causa da doença, das pragas, da degradação do solo, por exemplo, for entendida como desequilíbrio, então o objetivo do tratamento agroecológico é restabelecê-lo (ALTIERI, 1998, p. 110).

A Agroecologia propõe que, para a apropriação social de seus princípios, práticas e métodos, além da incorporação de processos ecológicos nos sistemas agrícolas, é necessário que as condições socioculturais e econômicas das comunidades rurais, bem como sua identidade local e práticas religiosas, sejam também elementos centrais da sua aplicação (THEODORO et al, 2008).

A agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras empreendidas pelo agronegócio e à violência com que a terra tem sido forçada a dar seus frutos. As práticas de plantio e manejo advindas da agroecologia estão baseadas numa nova concepção de agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente de maneira integral e integrada, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica (CAPORAL & COSTABEBBER, 2002).

A orientação da agricultura intensiva e agressiva surgiu em meados do século XX, quando vários países, dentre eles os latino-americanos, aderiram à chamada Revolução Verde. Esse processo representou um pacote produtivo proposto pelos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial. O objetivo da Revolução Verde era aumentar a produção e a produtividade das atividades agrícolas, por meio do uso intensivo de insumos químicos, de variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento e da mecanização. No Brasil, a pesquisa agrícola e a extensão rural, juntamente ao crédito rural subsidiado, foram os instrumentos utilizados para a disseminação desse modelo.

A Revolução Verde, que impulsionou e até hoje impulsiona a diretriz brasileira de desenvolvimento rural modernizador, busca se justificar através do aumento considerável na eficiência e eficácia do plantio em termos de produtividade. No entanto, deixou completamente de lado os impactos ambientais, bem como os efeitos socioeconômicos negativos da concentração fundiária e, por consequência, a exclusão social de agricultores familiares. Isso consiste em uma importante ameaça à segurança alimentar, principalmente, das parcelas mais vulneráveis da população, pois esse modelo, que utiliza intensivamente o solo e a água, facilita a aceleração da degradação, sobretudo

dos níveis de fertilidade do solo, ocasionando um desequilíbrio dos ecossistemas naturais e inviabilizando, em muitos casos, a produção ao longo do tempo, como salientado por Theodoro et al (2007).

Nessa perspectiva, a ideia de fertilidade do solo como algo vivo foi substituído pela concepção de algo inerte alimentado por químicos. Água e ar passaram a ser considerados meros insumos produtivos para transformar os processos naturais de forma a obter um rendimento máximo em consonância com a demanda de mercado. Todavia, o prejuízo do uso ilimitado dos recursos pode causar ao longo do tempo devido ao seu esgotamento são questões consideradas irrelevantes (CASADO et al, 2000).

Em meados da década de 1980, com a inviabilização dos subsídios ao crédito, tornaram-se gradativamente mais visíveis as consequências negativas do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde. A contestação à agricultura e às formas de organização produtivas oriundas desse ideário acarretou uma série de manifestações sociais que passaram a adquirir crescente importância e legitimidade nos anos mais recentes (ALTIERI, 1998).

A crítica e o debate em torno de novas formas de agricultura (e de desenvolvimento) se intensificam a partir de alguns fatos e movimentos gerais, tais como: a) Uma crise generalizada nos países de capitalismo periférico, a partir da década de 1950, mostrando que o progresso não é uma virtude natural que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuem (implicando também a crise do industrialismo e da ideia de que o desenvolvimento é igual ao progresso material – o qual, por sua vez, traz o bem-estar social –, ou que o desenvolvimento técnico-científico implica desenvolvimento socioeconômico, progresso e crescimento). b) As crises sociais, expressas de diferentes maneiras, via concentração de renda, de riquezas e da terra, o êxodo rural e a violência em todos os sentidos. c) Uma crise ambiental, manifestada também de diferentes e graves formas, como, por exemplo, a degradação e a escassez dos “recursos naturais”, a contaminação dos alimentos etc. d) Uma crise econômica, a partir da diminuição dos níveis médios de renda e pela constatação de que a maioria dos produtos incentivados pela modernização agrícola deixou de ser atrativa sob esse aspecto, inclusive algumas *commodities* (ALTIERI, 1998, p. 08).

Esse modelo passou a ser questionado pelos movimentos sociais ligados ao campo. Dentre eles, cabe um destaque para os movimentos ligados às mulheres camponesas que sofriam com o agravamento das desigualdades de gênero no campo, ocasionado pelo avanço da fronteira agrícola. Pode-se dizer, portanto, que foi no contexto da efetivação desse modelo de desenvolvimento rural modernizador que o papel das mulheres foi mais duramente negligenciado, comprometendo, ao mesmo tempo, a biodiversidade, o uso da terra e dos recursos naturais, fatores que apresentam uma relação direta com as atribuições produtivas e reprodutivas das mulheres rurais, principalmente aquelas ligadas à alimentação e à saúde.

Normalmente, as mulheres buscam um desenvolvimento autossustentado e recorrem à utilização de recursos endógenos para isso. Assim, a abordagem de gênero sugere uma mudança no processo de desenvolvimento, exigindo uma

transformação que lide com as desigualdades no sistema econômico global e foque na transformação das relações entre homens e mulheres, e de ambos com o processo de desenvolvimento (DEERE e LÉON, 2002).

A ideia de desenvolvimento autossustentado é amplamente defendida nos estudos ecofeministas. O ecofeminismo é definido como uma escola de pensamento que, desde a década de 1970, tem orientado movimentos ambientalistas e feministas em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres (SILIPRANDI, 2000). Daí a importância de se reconhecer a mulher como um sujeito protagonista na discussão sobre o desenvolvimento rural, com vistas a viabilizar políticas e iniciativas que abordem a questão de gênero, o papel da mulher no meio rural e a promoção de um desenvolvimento autêntico⁶ no campo.

Um projeto de desenvolvimento alternativo, autêntico e sustentável requer que sejam repensadas as relações sociais constituídas e suas respectivas estruturas organizativas. O sucesso de um projeto com tais características é condicionado pela legitimação e valorização social dos diversos sujeitos envolvidos, ou seja, mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, deficientes, etc. Para isso, é preciso dar visibilidade a todos, principalmente às mulheres e aos jovens (SANTOS, 2001).

Segundo Duarte et al. (2010) essas possibilidades de novos processos e dinâmicas de desenvolvimento têm sido construídos socialmente a partir de vários elementos. Um primeiro a ser ressaltado é que as estratégias são criadas e recriadas pelos atores sociais, pelas identidades construídas, pelas experiências acumuladas e pelas especificidades de cada território, a despeito do processo de globalização. Um segundo elemento importante a ser considerado, é entender o desenvolvimento como uma construção coletiva, como resultado de ações públicas nas quais estão envolvidos diferentes atores.

Nesse sentido, por sua natureza, a agroecologia tem uma dimensão integral que, além da preocupação com os recursos naturais, confere ao aspecto social um papel relevante, estimulando os processos de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica. Para tanto, extrapola os aspectos meramente produtivos, para introduzir-se nos processos sociais buscando transformar os mecanismos de exploração que levam, indubitavelmente, às desigualdades sociais.

As experiências de agricultura ecológica utilizadas na elaboração de propostas para ações sociais coletivas encontram referência em um modelo produtivo socialmente mais justo, economicamente viável e ecologicamente apropriado (CASADO *et al.* 2000).

⁶O *desenvolvimento autêntico* procura integrar o crescimento econômico com a reconquista pelos pobres de sua capacidade humana de agir e com a liberação de suas capacidades de exercer responsabilidade na determinação de condições que estruturam suas vidas. Ele não exige uma ruptura radical com as culturas tradicionais e, em muitos casos, recorre a concepções de justiça social que procuram incorporar valores tais como a cooperação, a participação ampla, o compromisso com direitos sociais, econômicos e sociais, a autoconfiança e o respeito pela natureza (LACEY, 2008).

Reconhecendo na diversidade cultural um componente insubstituível, novas abordagens para os problemas rurais são requeridas, com estratégias apoiadas em metodologias participativas, enfoque interdisciplinar e comunicação horizontal. A Agroecologia, enquanto ciência integradora de distintas disciplinas científicas, cumpre com esse papel e tem a potencialidade para constituir a base de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL & COSTABEBER, 2002).

Para o desenvolvimento rural sustentável baseado na agroecologia, a sustentabilidade e a estratégia de desenvolvimento rural devem ser definidas a partir da participação e da identidade de cada território, ou seja, devem ser pensadas de forma endógena e realizar-se pelo fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso hegemônico da modernização.

Assim, o conceito de desenvolvimento rural sustentável baseia-se no descobrimento, na sistematização, na análise e no fortalecimento dos elementos de resistência específica de cada identidade local, fortalecendo as formas de ação social coletiva que apresentem um potencial endógeno transformador, principalmente considerando-se a importância do papel da mulher nesse processo. Portanto, conforme aponta a literatura, não se trata de levar soluções prontas para os territórios, mas de detectar as que ali existem (a exemplo das experiências de manejo ecológico dos recursos naturais) e de acompanhar os processos de transformação numa dinâmica participativa (CASADO; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000).

A agroecologia tem demonstrado um grande potencial para se pensar o desenvolvimento rural sustentável a partir da construção de novas relações entre os diferentes sujeitos. O enfoque agroecológico, a partir da visão sistêmica, tem conseguido dar maior visibilidade ao trabalho da mulher, uma vez que rompe as cercas entre “casa e roça”. Isso permite evidenciar a importância e a relação intrínseca de todos os espaços e, conseqüentemente, a necessidade de se garantir a participação da mulher nas tomadas de decisão em todos os níveis, contribuindo, sobremaneira, para o fortalecimento de práticas baseadas na igualdade, na democracia e na sustentabilidade.

3. Mulheres e Agroflorestas

3.1 Os saberes agroecológicos das mulheres no meio rural

Apesar de, inicialmente, não terem tido força analítica suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos hegemônicos (SCOTT, 1990), as questões de gênero têm, cada vez mais, se constituído como um novo tema e um novo campo de pesquisas. A fragilidade analítica explica-se, em parte, porque a discussão sobre gênero caracterizou-se, originalmente, por estudos descritivos referentes estritamente a aspectos relativos às mulheres. No entanto, segundo Scott (1990), gênero deve ser entendido como uma percepção que vai além das diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa são as formas pelas quais se constroem os significados culturais para essas diferenças.

Assim, a concepção de gênero passa a abordar símbolos e significados construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, utilizados para a compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais precisamente, as relações entre homens e mulheres (CARVALHO, 2011). Temos, portanto, o potencial analítico de gênero ligado à possibilidade de aprofundamento nos sentidos construídos sobre o gênero masculino e feminino, transformando “homens” e “mulheres” em perguntas e não em categorias fixas, dadas de antemão.

Entretanto, muitos formuladores de políticas para a área rural ainda não consideram essa concepção. Siliprandi (2000) afirma que os trabalhos desenvolvidos na área de agroecologia, normalmente, apresentam um foco estritamente ambiental, voltado à promoção da biodiversidade, ou produtivo, baseado na transferência de processos, técnicas ou sistema de produção organizado nos moldes de uma tecnologia social. Questões referentes à dinâmica familiar nas unidades produtivas, bem como sobre a participação da mulher nesses espaços, são deixadas em segundo plano.

No meio rural, o modelo de família patriarcal é bastante hierarquizado, alicerçado no modelo de casal tradicional, ou seja, homem-mulher. Sendo assim observamos uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Ao homem são atribuídas as tarefas do trabalho da terra e as transações do mercado. Já à mulher cabe a responsabilidade de cuidar da casa, da criação de animais e os cuidados com o entorno, como o quintal e a horta. Dessa forma, as mulheres ficam encarregadas de atribuições relacionadas à saúde e à alimentação e, normalmente, não têm reconhecido o seu valor como trabalhadoras e como sujeitos. Porém, essa situação as credencia a desenvolver um saber agroecológico que as coloca como precursoras de iniciativas dessa natureza.

Historicamente, as mulheres adquiriram um vasto saber sobre os sistemas agroecológicos e desempenham um importante papel na administração dos fluxos de biomassa, na conservação da biodiversidade e na domesticação das plantas, demonstrando, em muitas regiões do mundo, um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando, por meio de sua atividade produtiva, as bases para a segurança alimentar (PACHECO, 2002).

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas. Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e

como uma ferramenta para a autossustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades rurais (LEFF, 2002, p. 37).

Ainda assim, observa-se que, normalmente, as experiências sistematizadas de agroecologia são protagonizadas por homens. Além disso, essas sistematizações, apesar de destacarem o papel da família, não problematizam as relações de gênero, ou seja, a importância dos papéis desenvolvidos pelos diversos membros da família, nem a condição de subalternidade da mulher rural.

O caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia apresenta diversas experiências apontando que, muitas vezes, são as mulheres que iniciam a conversão da propriedade para sistemas sustentáveis e agroecológicos (SILIPRANDI, 2009). O envolvimento das mulheres em diversas experiências de práticas agroecológicas nas propriedades da agricultura familiar é incontestável (ANA, 2006) e, embora o modo camponês de produção e de vida permaneça sendo considerado anacrônico pelos ideólogos da modernização, são exatamente as agriculturas de base camponesa, em toda a sua diversidade étnico-cultural, que apontam caminhos consistentes para atenuar as mudanças climáticas causadas pela forma predatória de se praticar agricultura.

Nessa direção, Siliprandi (2000) afirma que a agroecologia valoriza as atividades que tradicionalmente já são realizadas pelas mulheres, no âmbito dos sistemas de produção familiar. Afirma, ainda, que a transição para a agroecologia requer uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres vivos. Além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres, essa postura abre espaço para o questionamento de relações autoritárias ou hierarquizadas, favorecendo a melhoria da situação das mulheres nos sistemas agroecológicos.

Como salienta Pacheco (2002),

Há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções colocam-se contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre sociedade e natureza, numa perspectiva democrática, para a contestação da exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero, e integrar nesse conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado e a sustentabilidade do meio ambiente (PACHECO, 2002, p. 20).

Neste sentido, a agroecologia representa uma ferramenta importante de afirmação das mulheres do campo, no sentido de conceder condições para que seja possível estabelecer uma relação harmônica entre produção, utilização dos recursos e conservação da biodiversidade, indicando bases para o estabelecimento da sustentabilidade no meio rural. Assim, uma nova perspectiva de agricultura, baseada na abordagem agroecológica, deve garantir o empoderamento das mulheres, reconhecendo seu papel como produtoras de bens e como gestoras do meio ambiente. Para isso, é fundamental lhes assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos, como terra e crédito, e, por fim, capacitação técnica.

3.2 Agrofloresta: uma prática agroecológica

Ao se discutir sistemas agrícolas sob uma abordagem agroecológica de forma sistêmica, reconhece-se que existem muitas variáveis dependentes e inter-relacionadas, reforçando a necessidade de se levar em consideração todo o contexto que envolve a questão da sustentabilidade na agricultura.

Os SAFs (sistemas agroflorestais), ou, simplesmente, Agroflorestas, podem ser definidos como um sistema de manejo sustentável da terra, que busca aumentar a produção de forma geral, combinando culturas agrícolas com árvores e plantas da floresta e/ou animais, simultânea ou sequencialmente, e aplica práticas de gestão que são compatíveis com os padrões culturais da população (ICRAF, 2016).

As agroflorestas se baseiam na dinâmica, na ecologia e na gestão de recursos naturais que, por meio da integração de árvores na propriedade e na paisagem agrícola diversificam e sustentam a produção com maiores benefícios sociais, econômicos e ambientais para todos aqueles que usam o solo (ICRAF, 2016, p. 22).

Segundo a legislação brasileira, os sistemas agroflorestais são sistemas de uso e de ocupação do solo, por meio dos quais plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas,

culturas agrícolas forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com o arranjo espacial e temporal, com diversidade de espécies nativas e interações entre esses componentes.

Os sistemas agroflorestais consistem em uma opção interessante no que se refere à promoção da agricultura ecológica, por conta da dinamização da produção, da geração de trabalho e da biodiversidade. Segundo Gostch (1995), os sistemas agroflorestais (SAFs), conduzidos sob uma lógica agroecológica, transcendem qualquer modelo pronto e sugerem sustentabilidade a partir de conceitos básicos fundamentais, aproveitando os conhecimentos locais e desenhando sistemas adaptados para o potencial natural do lugar (GOSTCH, 1995). Esses sistemas constituem-se em uma alternativa de uso sustentável da terra, por aliar a estabilidade do ecossistema à eficiência e otimização de recursos naturais na produção, de forma integrada e sustentada.

Além de promover a biodiversidade, o sistema agroflorestal pode contribuir para a soberania alimentar e para a autonomia econômica das famílias e comunidades, tendo em vista seu enorme potencial de produção. Como a agrofloresta busca imitar o que a natureza faz normalmente por meio da sucessão natural, a implementação de consórcios de plantas anuais, de leguminosas e de plantas perenes torna possível a obtenção rápida de produtos. Dessa forma, à medida que o sistema evolui, torna-se cada vez mais complexo, biodiverso e independente de insumos externos (CENTRO SABIÁ, 2000).

Os sistemas agroflorestais estão sendo vistos e citados na literatura como um caminho promissor para a propriedade rural de países em desenvolvimento. Pela integração da floresta com culturas agrícolas e/ou com a pecuária, esse sistema oferece uma opção frente aos problemas de baixa produtividade, de escassez de alimentos e de degradação ambiental generalizada (ALMEIDA, 2010).

Embora o uso de sistemas agroflorestais esteja em ascensão, muito deve ser feito tanto na adequação técnica dos modelos escolhidos, como na adoção de políticas agrícolas que amparem o produtor e a produtora, a fim de que se possa obter maior benefício desse modelo de agricultura.

A agricultura familiar fundamentada no uso de área de exploração agrícola reduzida exige uma grande conscientização dos agricultores e agricultoras na escolha do modelo de exploração adotado, com vistas a garantir a sua sustentabilidade ao longo dos anos. Isso se deve ao fato de que a atividade nessas áreas é intensiva, procurando-se obter o máximo de rendimento econômico possível. No entanto, paralelamente a essa ação, deve-se buscar a reposição adequada e satisfatória de nutrientes, a implantação de práticas de conservação do solo e diversificação de culturas e espécies florestais usadas.

O Sistema Agroflorestal é uma opção interessante e extremamente viável na escolha de modelos pela agricultura familiar. É o seu melhor aliado, pois as árvores sempre tiveram um papel importante na vida das famílias tanto no fornecimento de produtos (madeira, mel, frutos, produtos medicinais) como de benefícios indiretos. Entre os benefícios indiretos estão os de bem estar e saúde

pública (sombra, umidade do ar, temperatura e poluição atmosférica), proteção dos solos e dos mananciais, bem como outros benefícios sociais (turismo, educação ambiental). A importância das árvores contra as mudanças climáticas vem ganhando destaque nos últimos anos, pois elas são excelentes sequestradoras de carbono ao captarem o CO₂ atmosférico no processo de fotossíntese. Além de manterem o carbono fixado por um longo período, a madeira é extraída após alguns anos podendo ser empregada na construção civil e na fabricação de móveis.

O agricultor e a agricultora devem buscar ter o espírito inovador e investigativo para buscar alternativas na implementação e na condução de seus sistemas. É importante estar atento à observação dos resultados e cauteloso com relação aos problemas que possam surgir. A aliança entre o conhecimento científico e a curiosidade prática contribui, sobremaneira, na condução dos plantios. Essa busca pelo saber ecológico tradicional representado pelo conhecimento de cada detalhe do seu entorno, como o ciclo anual das espécies, dos animais, dos solos e das águas é um dos principais fatores determinantes no êxito das iniciativas, conforme observa Perez-Cassarino (2013). Ainda de acordo com esse autor, muito possivelmente a expressão mais bem acabada do avanço das técnicas e formas de manejo na produção agroecológica se manifeste por meio do desenvolvimento de sistemas agroflorestais, em particular do saberes indígenas e de agricultores, no intuito de possibilitar a produção de alimentos, madeira e fibras, respeitando as dinâmicas ecológicas dos ecossistemas florestais, abundantes em nosso território (PEREZ-CASSARINO, 2013).

O desenvolvimento de sistemas agroflorestais possibilita uma mudança nos padrões técnicos e produtivos bem como revela novas dimensões a serem exploradas, principalmente quando analisadas a partir da ótica da soberania e da segurança alimentar e nutricional. E, como já indicado, esse fator tem relação intrínseca com o papel exercido pelas mulheres nas comunidades rurais, em especial no bioma Cerrado.

Portanto, a disseminação desse sistema de produção junto à agricultura familiar pode contribuir para a permanência e a sustentabilidade das famílias, sobretudo, de assentamentos de reforma agrária, objetivando melhor qualidade de vida e abundância na produção alimentar. Assim, o entendimento dos fatores que levam as mulheres a aderirem a esse sistema é de extrema importância para o reconhecimento da agrofloresta como prática de agricultura sustentável, dentro de um modelo agroecológico que busca a valorização da biodiversidade, a promoção da soberania alimentar e a diminuição das desigualdades de gênero.

4. O lugar das mulheres assentadas

Para a realização desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com mulheres do Assentamento Lagoa Seca, localizado no município de Santa Rita do Novo Destino, no estado de Goiás, e com mulheres do Assentamento Márcia Cordeiro Leite (Monjolo), localizado em Planaltina, no Distrito Federal. A metodologia de pesquisa adotada foi o estudo de caso.

Os dois universos selecionados como *corpus* desta pesquisa foram escolhidos, principalmente, por conta de suas diferenças quanto à localização espacial, tendo em vista que o primeiro se encontra numa região essencialmente rural, localizada no interior do estado de Goiás, e o segundo está localizado numa região de periferia urbana, próxima à capital federal. Isso permitiu uma análise comparativa entre os dois contextos, no sentido de identificar como diferentes fatores influenciam nas dinâmicas das comunidades e na possibilidade do desenvolvimento de um projeto agroecológico baseado no sistema agroflorestal e no protagonismo da mulher rural.

A metodologia de pesquisa adotada foi o estudo de caso. Segundo Godoy (1995), o objeto de pesquisa nesse tipo de estudo é uma unidade que se submete a uma análise mais profunda, por meio do qual se busca obter um exame detalhado, seja de um indivíduo, de um ambiente ou de uma situação em particular. Esse método de pesquisa foi escolhido devido à flexibilidade, à criatividade e à informalidade que ele permite ao pesquisador que busca um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa (AKER, KUMAR & Day, 2001).

Yin (2010) afirma que o estudo de caso é indicado para questões referentes a eventos atuais, sobre os quais o pesquisador tem pouco ou nenhum controle. Ainda que ele não produza conclusões generalizáveis a toda população, permite verificar a adequação de conceitos, expandindo e confirmando teorias que podem servir de referência para futuros estudos. Sua maior riqueza se encontra na possibilidade de análise da realidade a partir de um referencial teórico estabelecido.

A fim de entender os fatores que influenciam as mulheres nos dois contextos quanto à prática agroflorestal, foram realizadas conversas informais com membros da comunidade, bem como registros sistemáticos sobre como se dá a dinâmica comunitária. A observação é uma técnica que utiliza, basicamente, a capacidade que temos de observar os fatos que ocorrem ao nosso redor, direcionando o olhar na busca de informações sobre determinada questão ou problemática. Por meio desse mecanismo, o pesquisador tem contato direto com o ambiente estudado e tem a possibilidade de registrar as informações assim que elas acontecem, além de, eventualmente, poder verificar dados não usuais, que poderiam passar despercebidos caso outra técnica fosse utilizada (MATTAR, 2001)

Com vistas a aprofundar a pesquisa, foram selecionadas para a realização de entrevistas semiestruturadas três informantes-chave em cada assentamento. A escolha foi realizada a partir da trajetória e representatividade dessas mulheres nas respectivas comunidades, bem como pelo seu envolvimento com ações ligadas à temática da agroecologia.

As entrevistas semiestruturadas configuram uma técnica em que o pesquisador estabelece uma direção geral para a conversação e persegue pontos específicos levantados pelo respondente. Esse instrumento de coleta de dados foi considerado ideal para fins dessa pesquisa, principalmente por conta

de sua flexibilidade que permite captar o ponto de vista do respondente a partir de um roteiro pré-estabelecido (CARVALHO et al, 2015).

Para a fins de sistematização e análise, as informações coletadas foram classificadas em: i) fatores históricos, socioeconômicos e culturais; ii) fatores institucionais; iii) fatores organizacionais e inovações sociotécnicas; iv) fatores relativos aos meios de produção necessários à prática agroflorestal; vi) fatores relativos ao meio ambiente físico; e, por fim, vii) fatores relativos à localização espacial.

Quadro 1 - Fatores condicionantes a prática agroflorestal pelas mulheres

Fatores históricos, socioeconômicos e culturais	Origem das mulheres, trajetória de vida, vivência na comunidade, renda, idade, religião, estado civil.
Fatores institucionais	Acesso a políticas públicas, assistência técnica, participação em projetos e outros aportes institucionais públicos ou privados.
Fatores organizacionais e inovações sociotécnicas	Articulação entre as mulheres, experiências associativas e cooperativas.
Fatores relativos aos meios de produção necessários a prática agroflorestal	Posse e uso da terra, disponibilidade de maquinários/equipamentos e outros insumos.
Fatores relativos ao meio ambiente físico	Clima, ecossistema, biodiversidade, água.
Fatores relativos à localização espacial	Proximidade ou não de centros urbanos.

De acordo com nossa hipótese principal, os resultados dessas práticas poderão levar à promoção do protagonismo e da visibilidade das mulheres. A promoção do protagonismo foi analisada a partir de informações sobre a participação delas nos processos e espaços de tomada de decisão; a visibilidade, a partir do reconhecimento, por parte da comunidade (assentamentos), da importância das práticas dessas mulheres nas dinâmicas produtivas e reprodutivas.

Ainda de acordo com nossa hipótese, outras consequências importantes das práticas agroflorestais das mulheres nos assentamentos são: a valorização da biodiversidade, a promoção da soberania alimentar e o combate às desigualdades de gênero.

4.1 Um olhar sobre o Assentamento Lagoa Seca

O Projeto de Assentamento (PA) Lagoa Seca está localizado em Santa Rita do Novo Destino, região norte de Goiás, cerca de 204 km de Brasília. Apesar

da distância em relação à capital, é um dos municípios que compõem a RIDE⁷ (Rede Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno). Possui 3372 habitantes (IBGE, 2010), dos quais apenas 1156 moram na zona urbana.

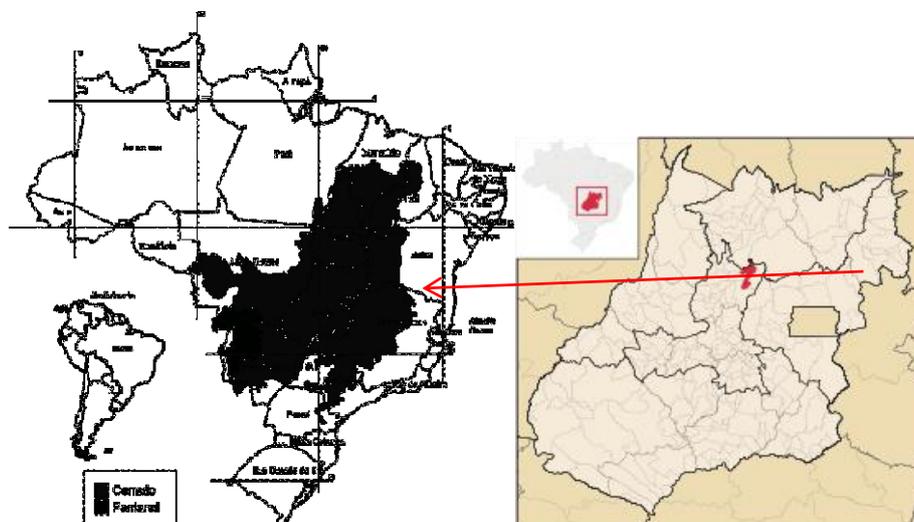


Figura 1 - localização de Santa Rita do Novo Destino.

Santa Rita do Novo Destino apresenta alto índice de concentração fundiária e de renda, baixos índices educacionais e de saúde. O IDH⁸ de Santa Rita é 0,684 (IBGE, 2010). Grande parte das famílias que habitam o meio rural formam o contingente de cinco assentamentos de reforma agrária. Ao todo, são cerca de 150 famílias assentadas (INCRA, 2009). A vasta extensão territorial do município representa um importante desafio para a gestão municipal no que se refere ao atendimento pleno de toda a comunidade rural.

O Projeto de Assentamento Lagoa Seca se encontra cerca de 62 km da sede do município em uma região marcada pela forte presença da pecuária leiteira e do avanço da fronteira agrícola (cana de açúcar, soja e seringueira). O Assentamento foi criado em 1991 e conta hoje com 25 famílias.

Apesar de ser considerado um assentamento antigo, não houve um processo de fomento produtivo que pudesse estimular o processo de fixação das famílias no campo. Isso contribuiu para gerar um cenário no qual 15 famílias, que originalmente ocupavam a comunidade, vendessem suas parcelas para se dirigir à cidade em busca de oportunidades.

As famílias que permaneceram têm, historicamente, encontrado muita dificuldade para tirar o sustento da própria propriedade. A atividade mais praticada é a pecuária leiteira que, conforme relatado pelas próprias famílias, se mostra inviável por conta do alto custo de implantação e de manejo. Além disso, a maneira extensiva como é realizada traz sérios prejuízos, principalmente para a biodiversidade, por conta da necessidade de soltar o gado no Cerrado no

⁷ RIDE: Ride é constituída pelo Distrito Federal, formado por Brasília e as cidades satélites, e por alguns municípios do estado de Minas Gerais e Goiás. Essa região ocupa uma área de 55.434,99 km² e sua população é de mais de 3,7 milhões de habitantes (CODEPLAN, 2010).

⁸ IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

processo de pastagem e, também, aos recursos hídricos, com o pisoteio do animal na beirada de córregos e nascentes, provocando a compactação do solo. Ademais, pensões e aposentadorias se apresentam como fonte de renda principal de 31% das famílias (CARE, 2013).

A acesso à saúde é bastante precário. Normalmente, os moradores precisam se deslocar até a cidade de Barro Alto (localizada a 25 km do Assentamento) para encontrar atendimento hospitalar, bem como para ter assistência odontológica. No povoado da Placa (a cerca de 5 km), existe um posto de saúde onde é possível realizar atendimentos mais básicos. No entanto, segundo relatos da população local, o estabelecimento carece de equipamentos e de profissionais para seu pleno funcionamento.

As condições de saneamento e moradia não foram asseguradas pelo poder público no momento de constituição do Assentamento, por isso, não são as ideais. Algumas famílias conseguiram investir com recursos próprios na construção/reforma de casas e de poços artesianos, para garantir uma fonte segura de água. No entanto, muitas ainda habitam moradias precárias e utilizam água de córregos contaminados para realizar suas atividades diárias. No geral, as fossas negras, que representam a prática mais primitiva de saneamento desenvolvida pelo homem, está presente em todas as parcelas, o que representa um fator extremamente preocupante no que se refere à contaminação do solo e dos lençóis freáticos.

Desde 2008, a escola destinada ao atendimento de alunos do Ensino Fundamental está desativada. De acordo com a prefeitura, a justificativa para o fechamento da escola é a carência de recursos e de materiais necessários ao funcionamento. Dessa forma, para que crianças e jovens tenham acesso à educação é preciso que se desloquem até o Povoado da Placa (5 Km) ou até Barro Alto (25 km). A situação de escolaridade da população do assentamento é preocupante: cerca de 65 % das pessoas concluíram apenas o Ensino Fundamental, e 15 % são analfabetas (CARE, 2013).

Atualmente, a existência de um projeto de estímulo à produção agroecológica vem representando um novo fôlego no que diz respeito à possibilidade de dinamização produtiva das famílias agricultoras, o que torna esse assentamento um território relevante para fins dessa pesquisa.

4.2 Mulheres do Assentamento Lagoa Seca

4.2.1 Josa e a transição agroecológica

Josa Maria tem 46 anos e é natural de Goianésia/GO. Desde jovem, morou e trabalhou na zona rural, pois seu pai trabalhava como “peão” nas fazendas da região. Na condição de trabalhadora rural, conheceu Nildo Sodré, com quem casou e teve três filhos.

Sempre morei na roça desde nova. Às vezes ia pra cidade apenas pra ir à escola. [...] A gente ficava era na roça mesmo! Até porque não tinha emprego. Meu pai trabalhava em terras de fazendeiros da região. Depois de muitos anos e eu conhecer o Nildo, decidimos acampar. Ficamos dois anos acampados e a terra nunca que saia. Até que a dona dessa propriedade ficou viúva e ofereceu a terra pra gente. Compramos e fomos no INCRA⁹ regularizar tudo e já faz 10 anos que estamos aqui trabalhando com a terra.

Nos primeiros anos vivendo no assentamento, Josa trabalhava em casa enquanto seu esposo trabalhava na extração de látex nas plantações de seringueira e no transporte de trabalhadores rurais. Nessa época, ela cuidava de toda a família e administrava a propriedade de sete alqueires, com rebanho de gado, porco e galinha. Além disso, ainda cuidava de uma pequena horta para subsistência da família.

Para que fosse possível permanecer mais tempo na propriedade, seu companheiro Nildo, decidiu investir no próprio plantio de mudas de seringueira, com o intuito de atender o mercado crescente dessa *commoditie*. Josa apoiou a iniciativa, pois acreditava que poderia consistir em um alívio a sua sobrecarga de atribuições diárias. Assim, a família investiu todas as energias no viveiro de seringueira que, a princípio, gerou retornos satisfatórios.

No entanto, com o passar do tempo, por conta da volatilidade de mercado, a atividade deixou de ser uma opção interessante. Assim, mesmo com o esposo decidido a persistir na atividade, Josa começou a pensar em estratégias que pudessem ser uma alternativa ao sustento da família. A partir disso, ela implantou uma pequena plantação de pimenta malagueta, aproveitando a presença de um projeto de fomento produtivo, estimulado por uma indústria de Goiânia.

A plantação de pimenta era mais viável, pois poderia garantir um retorno mais rápido, ocupando uma área menor. No entanto, Josa continuava trabalhando com o esposo no viveiro de seringueira.

Apesar dele decidir em investir no viveiro de seringa eu arrocava igual ele. Já na pimenta ele só capinava. [...] O resto do trabalho era todo meu. Além de cuidar de cuidar da casa e dos filhos.

De forma geral, o exemplo da divisão do trabalho na família de Josa corrobora o que é salientado na literatura, ou seja, de que os homens tem o domínio sobre a força de trabalho das mulheres, enquanto que elas não têm o mesmo apoio do trabalho deles na realização de suas atribuições (KIPTOT & FRANZEL, 2011). Na divisão sexual do trabalho, o esposo não tem nenhuma responsabilidade em contribuir com a mulher e ela, mesmo executando o

⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais.

trabalho produtivo muitas vezes de forma mais intensa, tem sua participação apenas como uma ajuda.

Com o passar do tempo, a pimenta também passou a não render o retorno desejado. Além disso, por conta do alto custo e do baixo retorno, Nildo abandonou a atividade de produção de mudas de seringueira. Esse contexto, incentivou o casal a enfatizar o trabalho com a horta e torná-la a principal atividade da propriedade.

Tendo em vista a escassez local de produção de hortaliças e verduras, bem como a abertura de novos pontos de comercialização, como a feira do município de Barro Alto (município mais próximo do assentamento), a atividade da horta se apresentou como potencialmente rentável. Os dois trabalharam durante dois anos no cultivo de uma horta convencional. Então, Josa ingressou numa Associação de Mulheres e começou a participar de um projeto de estímulo à produção agroecológica, com foco no sistema agroflorestal. A possibilidade de ter maior eficiência no seu plantio sem a necessidade da utilização de defensivos estimulou sua adesão à Agrofloresta.

Estava muito difícil, não dava pra viver do viveiro, não dava pra fazer roça e o veneno da pimenta tava demais. Aí decidimos mexer com horta convencional pra vender na feira. Aí ficamos com a horta até conhecermos a horta do MAES¹⁰ (projeto que faço parte). Os companheiros fizeram o convite e decidimos engajar nesse projeto. E, até agora, estamos indo bem [...]. Hoje estamos vivendo só da horta orgânica.

Apesar de ainda sofrer com a sobrecarga de atividades, o trabalho com a horta orgânica está mais alinhado ao propósito de Josa na vida rural. Para ela, a valorização de sua saúde e a da família são fatores fundamentais, e esse trabalho permite isso.

Na roça é muito serviço. Levanta e vai pra horta aguar, planta mudinha, depois vai pra cozinha [...] volta pra horta. É o dia inteiro! Mas a saúde das verdura que a gente produz dá gosto de ver!

Segundo ela, a relação com os outros membros da comunidade é amistosa e existe certa solidariedade entre seus integrantes. As diversas carências locais e a distância da cidade fazem com que a comunidade estabeleça uma relação de ajuda mútua.

A nossa relação na comunidade é muito boa. Nós não temos problema com ninguém. A comunidade é sempre unida, tem sempre os festejos, as novenas. A comunidade é sempre muito unida. Sempre se ajuda, não só com coisa material. Mas também quando tem problema de

¹⁰ O MAES – Módulos AgroEcológicos Sucessionais – é um projeto proposto pela Associação de Mulheres Rurais do Assentamento que, com ajuda de uma Associação de Produtores Agroflorestais de Brasília, conseguiu um recurso para obter insumos, máquinas e assistência técnica, a fim de implantar 10 sistemas agroflorestais biodiversos. O objetivo é resgatar o sentido da agricultura familiar, reconhecendo e valorizando a atuação da mulher, além de proporcionar a geração de renda e a soberania alimentar com a produção agroecológica.

saúde a gente sempre tenta ajudar. Por conta da distância da cidade, quem tem carro sempre ajuda os que não têm. Nós nos reunimos toda terça nas casas pra reza e uma vez por mês tem a missa. E depois sempre tem uma janta pra toda comunidade (confraternização). As reuniões da igreja são importantes porque como a distâncias são longas e a falta de tempo a gente nem sempre tem tempo pra visita os amigos. Aí, a gente fica sabendo das novidades, e do que cada uma tá precisando.

Com o projeto MAES (Módulos Agroecológicos Sucessionais), as mulheres passaram a se articular no âmbito institucional, produtivo e de mercado. Isso gerou alguns conflitos, pois elas, pouco a pouco, foram se descobrindo como atores políticos locais, por meio da agroecologia como forma de afirmação de seu protagonismo. Para Josa, os conflitos, quando bem trabalhados, contribuem para a evolução do grupo.

Depois que entrei na horta orgânica passei a fazer parte da Associação das Mulheres, teve a eleição agora e eu sou vice-presidente embora que eu não quero muito não. É preciso ter muita sabedoria e cautela para trabalhar com gente e hoje a gente anda muito estressado. Tem hora que a gente pode até maltratar um colega, um amigo, um companheiro. Todas as mulheres estão trabalhando unido na horta. Cada uma tem uma horta em suas parcelas. Mas estamos indo bem. Sempre tem discussão, não briga, mas as discussões sempre tã dando certo!

É preciso registrar que o Cerrado tem sido destruído em nome de uma agricultura e de uma pecuária baseadas no consumo de agrotóxicos e no desmatamento de novas áreas. Josa afirma que somente as mulheres rurais, com seu trabalho, podem recuperar e avançar na preservação dessa biodiversidade, estabelecendo meios de vida que se relacionem harmoniosamente com a natureza.

A articulação das mulheres é muito importante, porque meu marido, por exemplo, sempre gostou muito de veneno. E foi através de eu falar e da gente entrar nessa horta que foi que ele conseguiu abrir mão desse pacote. Igual foi aqui imagino que tenha sido assim entre todas as famílias que fazem parte do projeto. Assim, a terra está muito degradada. Então, nós temos que nos unir pra recuperar essa terra e produzir mais.

Apesar da política de reforma agrária destinar a titularidade da terra às mulheres, inclusive, como uma forma de combater as desigualdades de gênero, Dona Josa ainda tem o costume de considerar a unidade familiar de produção como posse do esposo. Ela até conhece o fato de que é a titular, porém, quando indagada, ela menciona, primeiramente, seu esposo como dono da terra.

Hoje, a terra já está no nome do meu esposo. Ela é nossa hoje! [...] eu sou a titular.

Isso deixa claro a situação de submissão vivida pelas mulheres rurais. Segundo Ângela Líbio Paixão, liderança camponesa do município de Laranjeiras do Sul/PR, é necessário avançar muito na participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, ou mesmo de formação, como em cursos de

capacitação. Para ela, essa realidade vem mudando aos poucos, na medida em que as mulheres passam a participar ativamente dos espaços produtivos. Além disso, a crise do sistema de produção vigente favorece o surgimento de uma nova forma de fazer agricultura e, por consequência, a necessidade de novas relações de gênero.

Josa afirma que, Nildo costuma ouvi-la quando há a necessidade de tomar alguma decisão relacionada à produção, porém o ponto de vista do esposo sempre prevalece, e isso, acaba prejudicando a implantação de ações de caráter mais preservacionista e duradouro na propriedade.

Na hora de tomar decisão, a minha opinião é ouvida, mas sempre a última palavra é do meu esposo. A minha opinião é quase sempre melhor que a dele. Mas ele acaba sempre acatando a dele [...]. Eu vejo mais no futuro e ele vê mais o presente. Ele acha que a gente é conversadeira demais [...], é faladeira. Por exemplo, a gente trabalha na horta, mas a opinião final é a dele. De repente eu penso num canteiro de um jeito e ele pensa de outro, mas a gente sempre faz do jeito dele. Aí tem que ficar esperando sempre ele pra trabalhar (onde que vai plantar a muda, que jeito é pra fazer o canteiro) [...]. Seria muito bom se as mulheres tivessem mais voz. Até hoje luta tanto pelo direitos das mulheres, mas ainda falta uma participação mais ativa delas. Sempre a voz do homem vale mais. Eu não sei como mudar. Se fala muito em políticas para as mulheres, mas quando a mulher vai atrás de um recurso a gente não acha. Na prática, as coisas são muito difíceis para as mulheres, que mesmo se articulando não conseguem realizar seus planos. Aí as mulheres só fazem é ir degradando, porque não têm ajuda de saúde, não têm dinheiro pra se embelezar e o trabalho é muito pesado.

Dentre outros aspectos, salienta a fragilidade institucional local como um importante obstáculo ao acesso às políticas públicas, principalmente às políticas direcionadas especificamente às mulheres. Isso impossibilita o acesso ao crédito e a outras formas de fomento que possibilitariam maiores investimentos nos meios de produção e, como consequência, agregação de valor ao trabalho por elas desenvolvido e a geração de renda no meio rural.

[...] As principais barreiras são nossos governantes. Parecem que eles não se interessam por iniciativas de mulheres. Parecem que eles não tem muita confiança que o projeto vai dar certo. Estão acostumados a trabalhar apenas com homens. Mas a única alternativa é as mulheres se unir pra que a gente possa ir conseguindo pouco a pouco as coisas. Ainda mais agora que já estamos com a produção iniciada. Temos que nos juntar pra solicitar as coisas.

O Projeto MAES vem possibilitando que as mulheres da Associação comercializem cestas agroecológicas. Além disso, essa comercialização é realizada em duas feiras de produtos da agricultura familiar no município de Barro Alto. Isso vem conferindo grande destaque para essa iniciativa, bem como tem contribuído, cada vez mais, para o reconhecimento das mulheres como atores importantes no território.

O impacto causado pela expansão da fronteira agrícola na região representa uma grande ameaça ao desenvolvimento do projeto agroecológico.

Por conta dessa expansão, houve uma grande alteração nos regimes pluviométricos, na qualidade do solo, na oferta hídrica e nas áreas florestais nos últimos anos na região.

Aqui mesmo, quando a gente chegou corria muita água no rio, agora estamos em maio e a água já está pouco e é certeza de secar esse ano. Mas a gente só reclama e não faz nada pra mudar. Num preserva a beira do rio, num preserva a nascente. Os fazendeiros usam a água toda e o poder público não ajuda em nada. Só fala em multar e não dá nenhuma ajuda para as famílias se adequarem. [...] A temperatura tá cada vez mais quente e não tem mais bicho e nem floresta [...]. Isso tudo foi causado pela destruição do homem. Esse ano só choveu em janeiro.

Segundo Josa, o Projeto MAES é importantíssimo, pois pode contribuir, sobremaneira, para a preservação dos recursos hídricos, principalmente, por conta da cobertura do solo que é utilizada nos canteiros produtivos. Ela afirma que, a Agrofloresta consiste em um sistema de produção interessante nesse contexto de mudança climática, pois busca promover a resiliência dos ambientes. No entanto, como representa uma nova forma de fazer agricultura, os resultados não são imediatos.

Esse Projeto MAES é uma solução muito boa para as mulheres que moram na zona rural e depende da água pra tudo! É muito inovador nessa questão da economia da água [...]. Claro que nós estamos enfrentando muitas dificuldades. A gente vinha trabalhando de um jeito e agora mudou! Tenho fé que nós vamos vencer nossas dificuldades. Os bichinhos que atacam a horta, o crescimento mais lento das plantas. Tudo isso são dificuldades que aparece no nosso trajeto, mas não dá pra desistir. Temos que olhar pra frente. Olhar pro futuro da gente, pela saúde da nossa família.

4.2.2 Dalva e a autonomia relativa

Luzia Dalva da Silva Sousa tem 51 anos de idade e é natural de Espinosa-MG. Em sua trajetória de vida, sempre morou na roça e, por isso, se reconhece como agricultora. Ainda muito nova, foi para o estado do Paraná com a família, pois o pai trabalhava tocando lavouras de café no interior do estado. Ela tem seis irmãos, que trabalhavam ajudando o pai e a mãe na lavoura. Sua vida sempre foi marcada por muito trabalho.

Aos oito anos de idade, sua família mudou para o interior do estado de Goiás, município de Goianésia. Lá, seu pai continuou trabalhando nas fazendas, enquanto sua mãe ficava na cidade para cuidar dos filhos. Na medida em que seus irmãos cresceram, foram, pouco a pouco, conseguindo emprego em empresas locais e deixaram a casa da família.

Dalva se casou com Waltenor e permaneceu em Goianésia por mais seis anos. Após esse período, eles finalmente foram para o Assentamento Lagoa Seca, em Santa Rita do Novo Destino, onde estão há 25 anos.

Dalva e Waltenor adquiriram uma parcela no Assentamento, quando esse ainda estava em processo de regularização, e ficaram por algum tempo morando em uma espécie de rancho. Nesse período, tiveram dificuldade de investir em alguma atividade por conta do processo de indefinição da demarcação fundiária. A partir da regularização das terras do Assentamento, foi possível investir na propriedade para a construção de uma casa e buscar alternativas de investimento na produção.

A vida aqui pra gente sempre foi de muito trabalho, mas sabe que conseguimos construir uma família bem estruturada. A gente conseguiu criar os filhos sempre muito bem, às vezes a gente não tem como ajudar financeiramente, mas eles sempre tiveram um apoio aqui em casa de modo que, hoje eles trabalham e têm o ganho deles. Às vezes quando o pai ajuda muito financeiramente os filhos, põem os filhos a se perder. [...] Aqui nossa vida foi sempre de muito trabalho, e também de muita dificuldade financeira. Mas é difícil pra todo mundo, não é difícil só pra gente não.

Dalva demonstra um cuidado muito especial com os filhos e se preocupa sempre em buscar a harmonia no lar como propósito de vida. É possível identificar isso acompanhando o seu dia a dia. Ela acorda bem cedo para tomar conta da horta, além de limpar a casa, lavar as roupas e preparar o alimento. É uma vida inteiramente ligada ao cuidado da família que se mistura ao trabalho, o que resulta numa rotina integral diária de dedicação.

A mulher na zona rural que trabalha na terra, ela não tempo pra nada. Às vezes nem pra se cuidar! É diferente da mulher da cidade, que também trabalha, só que no sábado e domingo ela tem folga e pode ir se arrumar, ir no salão [...]. A mulher da zona rural não tem esse tempo. Mas pra ela ter esse tempo, ela tem que largar mil coisas pra trás, às vezes sabendo que pode ter até um prejuízo! Se ela tivesse uma ajuda pra fazer as coisas que ela deveria estar fazendo, talvez ela pudesse ter mais condições de sair e fazer outras coisas.

Apesar das dificuldades e da sobrecarga de atividades do cotidiano, para Dalva, os laços de solidariedade na comunidade são muito importantes. Segundo ela, todos enfrentam problemas que são inerentes à vida no meio rural, porém os encontros na Igreja e os festejos são importantíssimos para proporcionar a interação entre os membros do Assentamento, com destaque para as mulheres que buscam, nesses espaços, alternativas para se relacionarem e estabelecerem um processo de ajuda mútua, com o intuito de contrabalancear a sobrecarga excessiva de atribuições diárias que dificultam a saída da mulher da unidade familiar de produção.

A comunidade é bem unida, a gente tem as nossas rezas que acontece na casa do povo e os festejos na Igreja. Lá a gente fica sabendo da vida de todo mundo e todo mundo fica sabendo da nossa. Aí, quase que nunca vem uma ajuda financeira, mas, às vezes, consegue um desabafo, um ombro amigo e ajuda no trabalho [...]. E isso é mais forte entre as mulheres eu acho. Como a gente tem dificuldade de sair pra visitar uma amiga, a nossa reza é fundamental porque é onde a gente se encontra pra conversar.

A ausência de apoio do poder público e a fragilidade institucional do município de Santa Rita do Novo Destino se tornam sérios obstáculos para que as famílias possam ter acesso às políticas públicas mais básicas, bem como a programas de assistência técnica rural, de oferta de crédito e estímulo a acesso a mercados, dentre outros. Nesse contexto, Dalva acredita que a grande saída para a agricultura familiar sobreviver no campo é buscar exercer atividades variadas, que possam diversificar as fontes de renda da família.

É bom a gente ter um porco, umas vaquinha pra tirar o leite, as galinhas. Minhas galinhas tão pouco agora, mas a venda dos porcos, os queijos e as galinhas sempre ajudam a completar a renda da horta que além de ser pequena, é difícil levar produto pra vender [...]. Por isso é importante investir em algumas atividades. Assim é mais garantido que vai sempre cair um dinheiro todo mês.

Dalva diz que representantes ligados ao processo político da região aparecem na comunidade somente em período eleitoral para fazer campanha e pedir votos. No entanto, após as eleições, nenhum tipo de apoio é concedido por parte deles. Apesar de Santa Rita do Novo Destino ser um município essencialmente rural, há, segundo ela, um total descaso com as famílias do campo.

Assim como Josa, Dalva participa do já mencionado Projeto MAES de estímulo à produção agroflorestal. Para ela, o projeto ajudou muito a incrementar a produção e a proporcionar uma rede entre as mulheres por meio de uma associação formada por elas.

O projeto das hortas da mulheres ajudou muito. É claro que não pra resolver nossos problemas, mas as mulheres unindo pra buscar projetos, claro que com ajuda, é muito importante. Além de ter uma comida de melhor qualidade estou contribuindo para recuperar um área que, até doze meses atrás, estava completamente degradada, e hoje está essa beleza!

A partir de 2012, as mulheres da comunidade começaram a se mostrar mais engajadas pelo discurso de valorização da mulher rural/camponesa que estava se disseminando no estado de Goiás, pela ação de alguns movimentos sociais do campo. A FETAEG¹¹, por meio de sua Secretaria de Políticas para Mulheres, teve grande influência nesse processo. Para esses movimentos, a mulher contribui ativamente em todos os setores de atividade produtiva, lado a lado com os homens, buscando uma igualdade baseada no respeito e no reconhecimento do seu papel na sociedade, mas, assim mesmo, seus direitos continuam a ser negados e sua contribuição para a sustentabilidade da sociedade ainda é muito pouco considerada.

Aproveitando o suporte de gestão oferecido por um projeto de uma ONG local, algumas mulheres do assentamento decidiram fundar a Associação de

¹¹ FETAEG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de Goiás foi criada em 1970 criada com a finalidade de coordenar e defender os interesses dos trabalhadores rurais goianos.

Mulheres Empreendedoras Rurais (AMERA¹²). Em suas ações, a Associação busca enfatizar a participação da mulher na dinâmica rural, de modo a sensibilizar a todos sobre a necessidade de se buscar melhorias nas condições de vida e de trabalho para as mulheres na região.

Eu me interessei muito pela ideia das mulheres se juntar pra buscar algo pra melhoria de suas condições de vida, isso é muito bom! Toda mulher quer! Assim, porque a mulher pensa mais no bem comum, no bem geral. Ela não pensa só no lado próprio. A Associação vem dando oportunidade de conhecimento pra gente [...]. A mulher não é igual ao homem. Às vezes, o homem paralisa ali só na sua profissão. A mulher já busca sempre possibilidades de melhorar seu conhecimento.

Para Dalva, a presença da Associação pode criar um impacto muito importante no Assentamento, tendo em vista o potencial da mulher de atuar diretamente no combate à pobreza local. Segundo ela, as mulheres estão sempre em busca de um objetivo coletivo de melhoria das condições de vida das famílias e da comunidade ao longo do tempo.

Se as mulheres tiverem um espaço pra buscar algo que tenha condições pra ela tá sempre caminhando, ainda mais num lugar pobre como esse, aí seria uma maravilha. E a Associação está sendo esse lugar!

Porém, existem barreiras que as impedem de se organizar e exercer seu protagonismo perante a comunidade. No que se refere ao seu dia a dia na unidade familiar de produção, os principais obstáculos relatados por Dalva são as condições financeiras e uma rotina intensa de atribuições diárias.

Falando de mim, porque eu falo por mim, não falo pelas outras, as principais barreiras para as mulheres se organizarem são as condições financeiras que impedem que a gente se desloque com frequência, e também as obrigações do dia a dia, que não pode deixar pra depois e não tem outro pra ficar no seu lugar. Se não fosse isso, se não fosse eu tava livre, livre e livre.

Mesmo exercendo participação preponderante no funcionamento e na condução de sua propriedade, ela relata que no momento de tomar decisões nem sempre sua opinião é levada em consideração. Segundo ela, normalmente, as percepções, tanto dela quanto de seu esposo, seguem no mesmo sentido. Dessa forma, não existe um conflito explícito de interesses. Ainda assim, parece haver um desequilíbrio nas relações de poder entre os dois, uma vez que as decisões do esposo sempre se sobrepõem como sendo o ideal para o êxito da propriedade e o bem-estar da família.

A gente sempre acata a decisão do Valternor, porque, como se diz, a gente sabe que é o melhor. Às vezes, ele pede nossa opinião, mas na verdade, a decisão dele já está tomada. Ele me avisa porque sabe que precisa de mim pra executar o trabalho [...]. Agora, se fosse eu a conduzir a propriedade, eu iria vender todas as crias e com o dinheiro iria reformar todos os pastos e as cercas. Ai depois que tivesse tudo

¹² AMERA – Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais e Artesanais de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino

arrumadinho, eu ia comprando os animais de novo, mas agora eu teria condições de criá-los.

Essa diferença nas relações de poder é um importante obstáculo para que Dalva exerça seu protagonismo como trabalhadora. Seu vasto conhecimento ecológico é menosprezado e, até mesmo, ignorado. Assim, aspectos ligados à saúde e à alimentação da família, bem como à biodiversidade vão sendo deixados em segundo plano.

Segundo Shiva (1991), o trabalho das mulheres é baseado na estabilidade e na sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, no trato de plantas que não têm retorno comercial imediato e na busca do sustento de todos. E é sobre esses elementos que Dalva busca concentrar seus esforços. Dessa forma, apesar das dificuldades, ela vem conseguindo recuperar a exuberância do Cerrado em sua propriedade e conservar seus recursos hídricos.

No entanto, a agropecuária predatória ainda é responsável por muita destruição. Apesar de Dalva e seu esposo conseguirem, pouco a pouco com o seu trabalho, recuperar a resiliência do ambiente local, para ela, o grande problema são alguns vizinhos que, por meio de práticas preponderantemente extensivas, acabam provocando impactos negativos a biodiversidade, como contaminação dos recursos hídricos e do solo.

Com relação ao impacto da natureza, às vezes você está fazendo sua parte, mas em redor dali onde você vive a natureza está sendo muito destruída. É aonde que vem o impacto e atinge todo mundo. Mas, mesmo assim, eu tenho que fazer minha parte. Eu tenho que preservar até que um dia todo mundo tome consciência. Pra você ver, nós vivemos aqui num lugar que foi completamente desmatado. Os plantios de seringueira e as lavoura de soja, nossa senhora! Como destruiu a natureza! Esse impacto ruim vem pra todo mundo. A gente tem um pedaço de terra pequena e tenta preservar, mas, na verdade, o trabalho de quem está destruindo é bem maior.

Isso tem sido muito prejudicial para a oferta de água na propriedade. Segundo Dalva, em sua propriedade, a água nunca havia acabado. Além da questão da água, ela tem notado alterações importantes no regime de chuvas e na temperatura.

Ultimamente, as temperaturas têm ficado bem mais quente, a gente sente isso no dia a dia. As chuvas têm ficado mais poucas. Aí, quando chove, vem aquela chuva forte e rápida que limpa tudo e não deixa nada. Não tem mais aquela chuva serena cai de mansinho que fica o dia inteiro molhando a terra.

Apesar de todos os problemas causados pelas mudanças climáticas, Dalva ainda tem muita esperança na vida rural. Mesmo a 25 km do município mais próximo (Barro Alto/GO), ela consegue escoar sua produção com a ajuda do Projeto. Antes disso, ela tinha poucas possibilidades de sair de sua propriedade. Com o Projeto, ela vai duas vezes por mês à cidade entregar as cestas orgânicas oferecidas pelas mulheres associadas.

Dalva afirma ser muito importante a entrega dos produtos aos clientes. Para ela, a valorização de seu produto e de seu trabalho serve de inspiração para continuar buscando cada vez mais alternativas que possam conciliar produção e cuidado do meio ambiente. Dalva espera continuar tendo forças para vencer as dificuldades e buscar condições para melhorar a qualidade de vida de sua família. Para isso, segundo ela, a valorização da agroecologia com a participação efetiva das mulheres é um instrumento realmente importante.

4.2.3 Apolônia e o encontro com a Agrofloresta

Apolônia Rodrigues da Silva também mora no Assentamento Lagoa Seca. Nasceu em 1971 e sempre morou na região. Em 1990, quando ganhou o direito à posse da terra, ela já estava casada e com dois filhos. A condução da família sempre foi feita com muita dificuldade. Os filhos optaram por trabalhar fora da propriedade como alternativa de ter acesso à renda. Seu esposo Edmilson, trabalha na criação de animais, com destaque para a criação de gado leiteiro. Desde a estruturação de sua propriedade, Apolônia tem encontrado muita dificuldade para exercer uma atividade que lhe permita gerar renda e, ao mesmo tempo, dar conta de todas as atribuições destinadas a ela no seu cotidiano na dinâmica familiar.

Josa, sua vizinha de parcela, sempre teve um relacionamento mais estreito com Apolônia. Elas estabeleceram uma relação de reciprocidade para enfrentar as dificuldades e estabelecer uma forma de obter um ganho. A partir dessa relação, elas decidiram firmar uma sociedade na produção de uma horta na parcela de Josa. Por meio dessa parceria, elas trabalhavam juntas no manejo da produção e comercializavam os produtos em feiras da região. Tudo corria bem, até o momento em que Apolônia, por conta de alguns problemas familiares, teve que abandonar a parceria.

Toda vida eu mexia com horta, antes a Josa me convidou pra fazer a parceria. Nessa época as mulheres do assentamento não tinham condições de fazer nada. Aí, a gente formou a terra e fizemos a parceria. Deu alguns probleminhas e tivemos que parar. Agora, fui convidada e estou participando do Projeto MAES e ajudou muito a gente a estruturar outra horta. Agora ela fica na minha propriedade e toda a renda da comercialização das feiras e das cestas é minha! [...] aqui na zona rural é muito difícil, o homem sempre sai pra fora de casa, buscar um ganho, porque aqui a única possibilidade de renda é o leite. Aqui, eu não tinha renda nenhuma e tinha que caçar uma brecha pra ganhar um dinheirinho [...]. Então a gente sempre fazia farinha. Mas, choveu, passou os três meses de colher a mandioca, e não tinha mais como fazer a farinha. Mas, como a mulher da roça é um ser dedicado e precisa de muitos detalhezinhos dentro de casa, ela precisa buscar recurso. Assim, ela sempre busca alguma alternativa como fazer um doce, um borbado pra vender baratinho, ou lavando casa pros outros.

Quando Apolônia menciona o Projeto, ela se refere ao MAES, do qual ela também participa à convite feito por Josa. Para ela, esse Projeto representou uma oportunidade de conduzir uma atividade alinhada com sua vontade de fornecer uma boa alimentação à família e gerar renda.

Quando apareceu o Projeto eu pensei, agora eu vou entrar, porque agora vai ter gente pra me acompanhar e me ajudar, e aí, eu investi. E como vou continuar morando aqui, vou continuar investindo [...]. Deus queira que tenha mais projetos bom como esse aqui pra gente!

Ela ainda fica à mercê do esposo no que diz respeito aos meios de produção. Com relação à posse da terra, por exemplo, não é muito claro seu direito de titular da parcela. As ferramentas e equipamentos da propriedade são todos de posse de Edmilson. Além disso, quando se faz necessária a contratação de alguma maquinário é ele quem faz a articulação.

Apolônia costuma dizer que, apesar de não se envolverem diretamente na horta, seu esposo bem como sua família nunca fizeram oposição ao seu trabalho. Inclusive, na medida que em que o trabalho da horta foi evoluindo, eles passaram a incentivar e reconhecer de forma mais contundente seus esforços junto à produção agroflorestal.

Toda vida minha família me apoiou no meu trabalho. Na verdade, eles nunca chegaram a arrochar comigo na roça, mas também nunca fizeram oposição [...]. Nesse ponto, o Projeto foi muito importante por causa dos mutirões. Pois aqui, mesmo minha área sendo pequena, dá muito trabalho dar conta de tudo sozinha e, como se diz, sem equipamentos e maquinários, fica bem difícil. Aí com os mutirões, os companheiros vem e ajudam a dar uma faxina no plantio. Dá uma sensação de dever cumprido!

Para ela, quem sempre morou na região sabe valorizar o que tem ali, por isso não destrói. No entanto, a fronteira agrícola transformou significativamente a paisagem da região e representa uma ameaça para os assentamentos.

Eu tenho muito orgulho da minha terra! As vezes as pessoas vem de fora pra cá e dizem que eu moro no paraíso. Tá ficando cada vez mais quente. As chuvas tão diminuindo, mas graças a Deus meu córrego nunca secou. Eu deixo as matinhas, e assim, fica mais fresco pra aguentar o calor. [...] Se vender essa região toda aqui da Fazenda Lagoa Seca aí você vai ver acabar de vez com a grotas, as beira de rio e os córregos. Principalmente se vier os paulistas e os gaúchos que já estão acabando com algumas regiões aqui perto. Só quem não e nascido e criado aqui que tem coragem de destruir esse lugar.

Apolônia enxerga na produção agroflorestal uma forma de reverter o processo de degradação que o uso e ocupação da terra vêm provocando no bioma Cerrado. Para ela, em muitos casos, a própria natureza é capaz de recuperar áreas alteradas. No entanto, o fator humano pode catalisar a restauração de áreas, cuidando dos solos e das águas, introduzindo e manejando espécies que dificilmente se estabeleceriam sozinhas.

A prática da Agrofloresta como forma de promover a restauração ambiental pode representar funções socioambientais importantes no que tange a segurança e soberania alimentar e nutricional, geração de renda, aumento da qualidade de vida e manutenção dos recursos hídricos, do equilíbrio climático e da biodiversidade.

Apolônia entende que as famílias de agricultores deixam de ser agentes que geram a destruição e passam a ser agentes que trazem a solução ao viabilizarem Sistemas Agroflorestais, uma vez que esses Sistemas produzem alimentos de qualidade e potencializam processos de restauração ecológica.

Eu acredito que gente recuperar tudo que foi destruído é só fazendo produção orgânica de agrofloresta. Se todo mundo fizer agrofloresta, além de ajudar com o meio ambiente da região, pode ser muito importante pra que quem vive na roça possa encontrar um jeito de ficar na roça com dignidade [...] porque eu acredito que ninguém quer ou gosta de desmatar e destruir.

4.3 Um olhar sobre o Assentamento Márcia Cordeiro Leite (Monjolo)

O Projeto de Assentamento Márcia Cordeiro Leite pertence aos limites da região administrativa de Planaltina, que compõe o Distrito Federal, e está a 38 km de Brasília, que representa um dos maiores polos produtores e consumidores de orgânicos do Brasil. Segundo o IDEC¹³ (2016), Brasília é o segundo no ranking nacional em números de Feiras Orgânicas. Apesar desse potencial, são poucas as experiências exitosas de produção/comercialização de produtos agroecológicos/orgânicos entre as famílias assentadas em Planaltina e em todo entorno da capital federal.

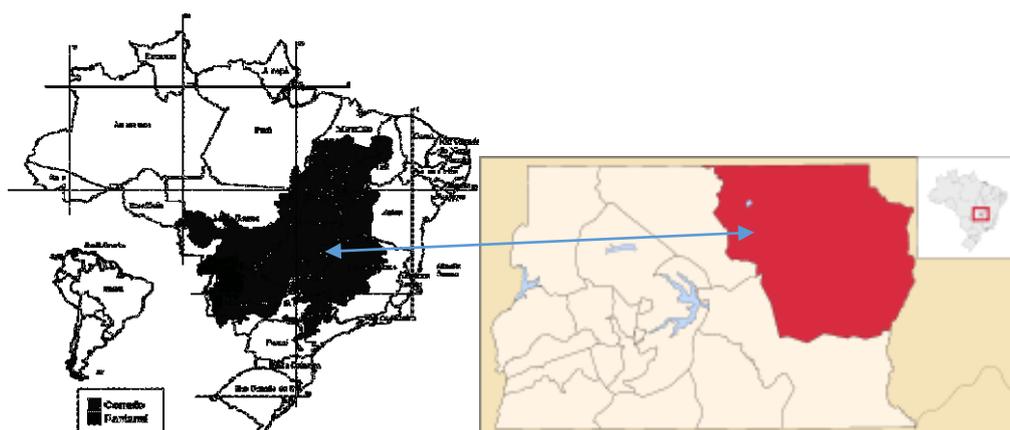


Figura 21 - Localização de Planaltina

O Assentamento Marcia Cordeiro Leite, mais conhecido como Monjolo, foi criado em 2013 e, atualmente ainda está passando por um processo de regularização. Sua história começou em 2003 quando um grupo de trabalhadores sem terra do MATR¹⁴ requisitava a posse de parte das antigas Fazenda Monjolo e Lagoa Bonita no território da Região Administrativa de Planaltina. Por cerca de seis anos, as famílias ficaram acampadas na beira da estrada que dá entrada às fazendas até que, em 2009, o terreno das fazendas

¹³ IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor tem o objetivo geral de promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo, com total independência política e econômica.

¹⁴ MATR – Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais.

foram adquiridos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a implementação do Projeto de Assentamento.

Inicialmente, por conta de alguns imbróglis, o Projeto de Assentamento não chegou a ser concretizado. Dessa forma, cerca de 100 famílias se estabeleceram na condição de pré-assentadas. Após formalizado, com a aquisição definitiva das fazendas Monjolo e Lagoa Bonita, as famílias foram distribuídas pelo território de 432 ha. Hoje, a comunidade é formada por 64 famílias.

Quando estavam na condição de pré-assentadas, as famílias não possuíam a licença ambiental, ficando assim, impedidas de construir suas casas, ter animais de grande porte e/ou provocar qualquer alteração na paisagem local que é uma área de proteção ambiental. Dessa forma, ainda hoje, boa parte das casas são construídas de forma precária e não apresentam condições adequadas de saneamento.

Essas limitações ambientais dificultam a implementação de projetos voltados ao estímulo à produção agrícola, visto que há indefinição quanto à delimitação de áreas de reservas e ao uso da água. No entanto, há um grande potencial para a produção extrativista que faz com que o Assentamento seja um dos territórios atendidos pelo Projeto InovaCerrado¹⁵ executado pela UnB. Esse foi o principal fator que determinou a escolha dessa comunidade como foco para nosso trabalho de pesquisa.

Não existe um posto de saúde no assentamento. Para ter assistência médica e odontológica os moradores precisam ir às áreas administrativas de Planaltina ou Sobradinho. O Assentamento apresenta um alto índice de analfabetismo e o baixo nível educacional é um dado extremamente preocupante.

A falta de água é um dos problemas mais sérios vivenciados pela comunidade. Os assentados recebem água através de um caminhão pipa que se desloca periodicamente ao assentamento. Alguns moradores utilizam a estratégia de acumular água da chuva; outros, aproveitam a água de um córrego que corre no entorno. Porém, essa água não apresenta o devido tratamento e é considerada imprópria.

As limitações ambientais e o processo conturbado de constituição da comunidade representam um entrave ao desenvolvimento da produção da agricultura familiar. Por conta disso, muitos moradores precisam sair em busca de subempregos no centro urbano ou em fazendas da região.

¹⁵ O Projeto InovaCerrado tem como objetivo Pesquisar, adaptar e socializar tecnologias empregadas por famílias e comunidades extrativistas de produtos florestais não madeireiros das regiões selecionadas, a fim de fomentar boas práticas de coleta, armazenamento, beneficiamento, processamento e transporte, garantindo, dessa forma, a sustentabilidade socioambiental do Cerrado.

4.4 Mulheres do Assentamento Marcia Cordeiro Leite (Monjolo)

4.4.1 Cícera: a liderança da “solteirona” no Assentamento

Cícera Bezerra da Silva é reconhecida como uma liderança pelas mulheres do Assentamento Márcia Cordeiro Leite, também conhecido como Monjolo. Atualmente, boa parte da renda obtida para o seu sustento vem do trabalho realizado nos cultivos de maracujá e café nas fazendas do região. Ela também trabalha como artesã e com o aproveitamento de frutos do Cerrado, que representam um importante reforço para sua renda.

Natural de Nova Russas, estado do Ceará, ainda muito nova, veio para Brasília, seguindo os passos de alguns membros de sua família, que se dirigiram à capital federal em busca de melhores condições de vida. Apesar de quase não lembrar do tempo em que ficou em Nova Russas, Cícera diz que, era praticamente nula a chance de levar uma vida de qualidade lá, principalmente por conta da seca, que gerava uma situação de miséria e pobreza.

Eu não falo que não dá pra levar uma vida de qualidade no Ceará, dá! [...] A gente voltou por um tempo pra Fortaleza, mas nosso foco sempre foi voltar pra Brasília. Eu sou praticamente daqui, sou nasci no Ceará e vim pra cá. Aqui a gente tem condições de trabalho melhores. Lá, as coisas são mais difíceis. [...] O sertão dificulta muito a produção de qualquer coisa.

Em seus primeiros passos na capital federal, Cícera morava e trabalhava na cidade fazendo alguns “bicos” como diarista. Em 2001, foi para o interior de Goiás morar na “roça”. Seu esposo tinha boas relações com movimentos sociais ligados à reforma agrária e eles conseguiram uma parcela em um assentamento em Flores de Goiás. Nos anos seguintes, deu-se início a articulação para a constituição do Assentamento Marcia Cordeiro Leite e, devido ao seu desejo de retornar à Brasília, ela solicitou transferência para o assentamento recém-criado. Atualmente, ela está divorciada e mora sozinha em sua parcela, já que seus três filhos moram com suas respectivas famílias.

Desde sempre eu sempre gostei desse negócio de roça e ficar no meio do mato. Então, desde quando eu morava no Goiás, eu sempre gostei de cultivar minha horta. [...] Hoje aqui, eu moro sozinha e sempre estou envolvida nos projetos que chegam até aqui pra nós. Mas eu vou te falar, nenhum projeto vai pra frente e acaba que vira decepção. [...] Sonhos nós temos muitos. Já visitamos muitas chácaras de plantio orgânicos e muitas experiências legais. Aí a gente sonha, mas quando se depara com a realidade a gente vê que tem problemas sérios na comunidade e, principalmente, problemas sérios com a água, que praticamente não tem aqui e ninguém consegue dar conta de dar uma ajuda pra gente nessa questão.

De acordo com Cícera, o Assentamento sempre recebe visitas de representantes de órgãos ligados ao governo como o INCRA, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a UnB (Universidade de Brasília), entre outros. Em muitas dessas visitas, são realizadas reuniões com os representantes locais para discussão de propostas

e projetos a serem implantados na comunidade. Entretanto, pouquíssimas propostas chegam, de fato, a se concretizar. Esse cenário de ausência de ações práticas que beneficiem diretamente as famílias é reforçado pelos movimentos sociais ligados à terra. Dentre eles, destaque para o MATR (Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural), que contribui na coordenação do processo político na comunidade. Entretanto, segundo Cícera, não avança em propostas concretas para solucionar questões básicas essenciais, como, por exemplo, o saneamento e a água.

A EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural), que contribui na cessão de alguns insumos e orienta algumas famílias no que diz respeito às questões produtivas, e um Projeto da UnB, que implementou uma unidade de beneficiamento de frutos do Cerrado consistem em ações importantes que estão em curso na comunidade. Uma ação do Instituto Nova Fronteira costuma ser destacado por Cícera, devido ao impacto gerado. Essa iniciativa envolvia o fomento a diversas atividades produtivas e colaborou muito na capacitação e estruturação da produção de algumas famílias.

O pessoal da EMATER sempre está aqui acompanhando a gente. A orientação delas é boa. Vem a veterinário, vem o agrônomo. Eles ajudam a gente em como trabalhar o coletivo. [...] O contrato com INCRA acabou e ainda não renovou. Mas eles continuam vindo por conta própria. O problema é que a gente não consegue obter nossa RB¹⁶ e nem nossa licença pra gente poder estruturar um projeto maior. A Unb também sempre ajuda a gente. Com a ajuda de uma projeto de lá foi estruturado uma agroindústria onde a gente se reúne e processa os frutos do Cerrado. Com isso, a gente participa de feiras e eventos pra todo lado. Apesar das vendas dos produtos representar uma importância com relação a renda, a valorização do trabalho das mulheres e a valorização do Cerrado, a gente ainda precisa buscar uma alternativa de renda para que as mulheres do assentamento realmente possam ter condições de melhorar as suas condições de vida. [...] O Instituto Nova Fronteira, no começo, foi bem importante, porque eles tinham um projeto que envolviam vários núcleos como galinha caipira, horta e porco. Eu fiz parte da grupo de galinha e foi muito bom! Deu pra ganhar um dinheirinho e acho que todo mundo que participou gostou. No entanto, a gente sempre esbarra na dificuldade de se obter as licenças e no conflito de interesses das pessoas da Associação.

Cícera relata uma certa indefinição quanto a representação da comunidade. Existe uma Associação formalizada, porém sem adesão comunitária, e um grupo informal, sem o registro junto à Receita Federal, mas que conta com a participação de boa parte das famílias que integram o Assentamento. Isso tem representado um entrave no que se refere à estratégias que levem ao fortalecimento do capital social local.

Apesar da EMATER ajudar a gente a trabalhar no coletivo, é muito difícil trabalhar em cooperação. Aqui tem muita briga. Um quer fazer de um jeito e outro quer fazer de outro jeito. As lideranças aqui do assentamento e o movimento parece que não se entendem. A gente fica sendo jogado de um lado pro outro, e tudo que tem envolver a Associação não vai pra frente. Uma, porque a Associação que tem

¹⁶ Relação de Beneficiários do Projeto de Assentamento.

representação, não é formalizada. E a outra, que é, não tem ninguém. Aí a gente fica patinando em coisas básicas e o assentamento não desenvolve. Aqui, eu represento o grupo de mulheres que trabalha com a agroindústria e a gente sempre fala que nós temos que ganhar pelo nosso esforço, e nunca passando por cima de ninguém. Mas sempre tem interferência que parece que não deixam as coisas deslançarem. O caso da nossa horta comunitária é um exemplo disso! O trabalho começou bem só que muita gente acabou interferindo [...], mas ninguém quis resolver o problema da água.

A horta comunitária, mencionada por Cícera, foi uma experiência incentivada pelo NEPEAS/UnB¹⁷, que envolveu alguns assentados na estruturação de uma área de cultivo de hortaliças orgânicas, junto a sede do Assentamento (no mesmo local onde se situa a Agroindústria). O trabalho era acompanhado por alunos e professores da UnB, bem como por técnicos extensionistas da EMATER (Empresa de Assistência Técnica Rural do Distrito Federal). A horta chegou a apresentar uma produtividade relevante, porém problemas organizacionais/institucionais e na gestão acabaram prejudicando a continuidade do projeto.

Para ela, a busca da mulher em exercer seu protagonismo tem sido fundamental para concretizar algumas iniciativas importantes no Assentamento. Hoje em dia, está em funcionamento o grupo da capina, que foi uma ação motivada pelas mulheres, mas que, também conta com a participação de homens. Esse grupo se reúne periodicamente para a realização de mutirões e promover a articulação da força de trabalho coletiva e colaborativa com o objetivo de fazer a limpeza e o preparo de áreas de produção em algumas propriedades.

O envolvimento das mulheres aqui tem levantado muito a comunidade. Eu acho que as mulheres parecem que tem mais força de vontade. O homem gosta muito de política. Se deixarem as mulheres trabalhar, elas podem ajudar muito a comunidade a se desenvolver. O Grupo da Agroindústria vem mostrando isso. E ainda, tem o grupo da capina, que é encabeçado pelas mulheres e ajuda algumas pessoas a terem condições de iniciar sua produção mesmo sem os recursos necessários. Apesar disso, ainda não tem uma Associação exclusivamente de mulheres onde todas essas ações pudessem ser discutidas e planejadas por elas.

No Distrito Federal, as políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar, principalmente no que diz respeito às compras institucionais, apresentam um cenário bastante favorável, merecendo destaque o Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura (PAPA/DF)¹⁸. No entanto, as dificuldades enfrentadas no processo de articulação dos assentados representam barreiras importantes no acesso a essas políticas.

¹⁷ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Agroecologia da Universidade de Brasília.

¹⁸ Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura consiste na aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar com a dispensa de licitação. Cada família pode comercializar com o governo até R\$ 120 mil por ano, o que gera uma renda mensal de até R\$ 10 mil.

Eu já acessei um crédito do Brasil Sem Miséria¹⁹ para estruturar meu galinheiro. Já acessei o PRONAF²⁰. Tenho minha DAP²¹. Tenho a carteirinha da EMATER. Tenho a carteirinha de artesã, que me dá algumas vantagens pra eu vender meu produto. Aqui nós temos tudo! Só falta mesmo é o povo se juntar pra resolver o problema da água e que a gente consiga um projeto que tenha continuidade.

Por conta do trabalho na Agroindústria, Cícera se apresenta como uma representante e precursora de ações de base agroecológica na comunidade. Em seu discurso, fica claro seu entendimento de que a promoção da Agroecologia pode consistir em uma importante estratégia de protagonismo para as mulheres.

Todo ano planto minha roça de milho, de mandioca. Planto quiabo, gergelim maxixe, abobrinha. Planto crotalária pra produzir adubo que inclusive eu tenho que colher porque já deve tá perdendo. Ano passado eu colhi muito pepino do nordeste e abobrinha aqui. Eu dei muita coisa pro pessoal. Todo ano eu dou parte de tudo que produzo para as companheiras que a gente vê que precisa mais. Como eu viajo muito para os Kalungas²² e por essas feiras do Cerrado com o povo dos Projetos e com o pessoal do Fórum de Economia Solidária eu sempre troco sementes. Ano passado eu cheguei a colher 30 sacas de milho só nesse espacinho aqui. Feijão eu já não compro mais! É disso que eu quero viver, e tenho certeza que minhas amigas também!

4.4.2 Valda e a revalorização das relações de gênero

Valda Pinheiro da Silva é natural de Pereiro, no estado do Ceará. Lá, desde criança, sua vida era dedicada a ajudar seus familiares na produção do campo. Ainda jovem, mudou-se para Brasília em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nesse período, a construção da capital federal e a seca no Nordeste foram determinantes na intensificação do fluxo migratório para a região Centro Oeste.

Em 2006, casou-se com Sr. Menezes e entrou para o MATR. Inicialmente, Valda ficou acampada na beira da estrada até o INCRA emitir o parecer e destinar a área onde seria implantado o assentamento. Desde a criação do Projeto de Assentamento Márcia Cordeiro Leite, o casal foi alocado em vários terrenos até, finalmente, se instalarem definitivamente na parcela onde estão atualmente. Ainda assim, Valda relata que sua situação perante o INCRA não está completamente resolvida.

Quando eu comecei a trabalhar na roça eu tinha sete anos de idade, lá no Ceará. Eu trabalha na roça de milho, feijão, mandioca. Tratava das galinhas [...]. Na casa do meu pai tinha uma casa de farinha, aí a gente fazia farinha, goma, tudo! Vim pra Brasília ainda muito nova, mas só entrei mesmo para o Sem Terra há nove anos atrás. A gente ficou acampado na rodovia um tempão. Aí, quando montou o assentamento mesmo, a gente cada hora ia pra um canto. Botava a gente dentro da

¹⁹ Brasil Sem Miséria é um programa social de governo federal, implementado pelo Presidente Lula com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços públicos pela população mais carente.

²⁰ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

²¹ Declaração de Aptidão ao PRONAF.

²² Kalungas é uma comunidade quilombola localizada na região da Chapada dos Veadeiros. Representa o maior território quilombola do Brasil.

fazenda e depois tirava [...] a gente deve ter mudado umas seis vezes até ficar aqui. Só desfazendo barraca, fazendo barraca. Quando viemos pra cá a gente já não tinha mais dinheiro pra comprar madeira. Aí a gente, mesmo assim, a nossa situação ainda não está 100% resolvida. Mas a única coisa que a gente quer e ter um pedacinho pra poder trabalhar!

Valda enfrenta uma indefinição com relação à posse da terra. Existe uma pequena tensão com uma pessoa assentada de maneira irregular em sua parcela. Embora exista um posicionamento do INCRA dando legitimidade a ela no local, enquanto a ordem de desapropriação dessa pessoa não for executada, Valda não se considera plenamente dona da parcela.

Como relatado por boa parte dos assentados, levantou o problema da água como um obstáculo importante. Ele tem se tornado cada vez mais grave, por conta da diminuição do regime pluvial nos últimos anos. Entretanto, mesmo assim, Valda ressalta que é possível estabelecer uma produção, principalmente se as épocas propícias para o plantio de cada cultivo forem respeitadas.

Aqui na frente e atrás da casa a gente planta todo ano. Já plantamos melancia. Aqui teve uma boa aceitação para melancia [...]. Desse terreno, já tiramos muita abobora, milho e muito, mais muito feijão! Que foi, inclusive esse que a gente tá comendo agora. O importante é aproveitar o tempo das águas.

Valda participa do grupo da capina, também mencionado por Cícera. A articulação em torno dos mutirões da capina é fundamental para que algumas pessoas possam ter condições de estruturar suas áreas de cultivo. Além do grupo da capina, ela participa da articulação das mulheres que trabalham na Agroindústria processando os frutos do Cerrado.

Aqui nós estamos com um projeto agora que é o grupo da capina. Hoje é na casa de um, amanhã é na casa de outros. A ideia é preparar os canteiros de todo mundo. Atualmente, também estou participando de um curso nos dias de terça-feira com as meninas da Agroindústria. É muito bom quando vem essas coisas pra cá e a gente não precisa ficar esperando do governo [...]. A gente quer sempre mais conhecimento e alguns integrantes do governo costuma vir aqui, até o Governador veio uma vez. Mas, até eles trazerem benefício pro povo, é difícil.

Para ela, é sempre uma frustração para a comunidade quando são realizadas visitas e reuniões na comunidade com representantes de governos e instituições de apoio. Os encaminhamentos sempre são traçados, no entanto, pouquíssimos chegam a ser concretizados. A partir dessas dificuldades, a comunidade vai se adequando e buscando alternativas que estão em seu alcance para sanar as necessidades.

A questão ambiental aqui, por exemplo, é um problema [...]. Todo mundo fala que a gente é assentamento e tem que produzir. Mas como que a gente vai produzir sem desmatar? O IBRAM²³ não deixa a gente desmatar, por isso surgiu o grupo da capina [...]. A gente tem que fazer

²³ Instituto Brasília Ambiental – Órgão Ambiental regulador no Distrito Federal.

tudo na mão. Não podemos nem usar o trator porque senão derruba as árvores.

Valda afirma que sua vida melhorou depois que foi para o Monjolo. Apesar dos problemas relacionados aos aspectos organizacionais da comunidade, bem como o descaso dos órgãos governamentais, já existiram projetos com impactos interessantes que foram reconhecidos pelos moradores. A grande questão é a falta de continuidade dessas propostas, que impede o assentamento de desenvolver e consolidar seus potenciais produtivos.

Eu considero minha vida melhor depois que eu vim pra cá. Como se diz, a gente é mais feliz aqui porque a gente faz o que a gente gosta. Eu sempre gostei muito de roça. A gente ainda acredita que vai surgir um projeto bom pra gente trabalhar com a nossa produção e ganhar nosso sustento. Enquanto isso não acontece, meu esposo me ajuda a fazer a gente se virar por aqui. Mas, se tirar a gente daqui a gente morre. Nós estamos acostumados com esse negócio de ficar dentro do mato. A gente não aguenta a vida da cidade mais não [...]. Nós só queremos ter o nosso espacinho de terra pra trabalhar. Esse sempre foi o nosso sonho!

4.4.3 Geralda: a luta da mulher nos espaços de tomada de decisão da comunidade

Geralda é natural de Cajazeiras em Pernambuco e, assim como Cícera e Valda, se mudou, ainda bem nova, para o Distrito Federal. Por volta dos anos 60 e 70, a construção de Brasília representou uma alternativa para muitos nordestinos que sofriam com a seca no semiárido nordestino e poucas oportunidades de trabalho. Assim, muitos homens e mulheres que vislumbravam melhores condições de vida e de trabalho se deslocaram para o Centro-Oeste buscando aproveitar os benefícios que a política de ocupação dessa região poderia proporcionar.

Eu nasci em Cajazeiras, em Pernambuco e lá, desde de novinha, eu trabalhava com meu pai nas fazendas. Lá, meu pai trabalhava na criação do patrão e, minha mãe, junto com os filhos, cuidava da casa. Muitas vezes, eu também ajudava meu pai. Nesse tempo, a gente também mexeu com horta. A gente plantava muita coisa que dava pra toda família comer. Nesse época, a terra era muito boa e a água era boa. Mas com tempo, houve muita destruição. Muito fogo! E a terra ficou muito seca. As condições ficaram cada vez mais difíceis. Até que minha família decidiu vir pra Brasília. Demoramos seis dias pra chegar aqui no pau de arara [...]. Se a gente ficasse lá, não iríamos ter alternativa pra sobreviver naquela terra sofrida.

Recém-chegados ao Distrito Federal, foram morar em Sobradinho, já que seu pai tinha conseguido um emprego em uma propriedade rural na região. Nessa época, Geralda participava bastante no dia a dia da propriedade, por conta de uma série de responsabilidades que ela teve de assumir. Ajudava a mãe cuidando da casa e da produção para subsistência, e o pai no trabalho no trato com o gado da fazenda.

Quando cheguei em Brasília, a gente foi morar em Sobradinho, que ainda estava começando a construir. Fomos morar numa fazenda onde

meu pai trabalhava com o gado e gente trabalhava na limpeza e no cuidado com a horta e com as outras criações que era mais pra nossa despesa mesmo. Pra gente que é da roça e mora na roça não tem jeito! Sempre é muito, mas muito trabalho mesmo. Acho que pra mulher é pior ainda!

Nessa fazenda em Sobradinho, havia um funcionário que cuidava de uma horta e tinha o costume de produzir tudo consorciado. Ele plantava quiabo, jiló, mandioca, alface e milho simultaneamente em um pequeno espaço. Segundo ela, era muito comum, desde o período que morou no Nordeste, a prática do consórcio entre duas espécies como, mandioca e milho. No entanto, ela se surpreendeu com o nível de complexidade dessa experiência, devido a possibilidade de se produzir uma grande quantidade e diversidade de alimentos em um pequeno espaço.

Lá em Sobradinho, onde minha família morava, tinha um moço lá que gostava de plantar tudo junto. Eu nunca tinha visto isso! Era jiló, com alface, quiabo, milho, mandioca, abobora e um monte de trem lá, tudo misturado. Eu só ficava pensando que esse moço só podia tá doido! Mas ele produzia muito bem, e tudo sem nenhum veneno [...]. No Nordeste, eu via muita gente plantar milho com mandioca, mas desse jeito, com esse tanto de coisa, eu nunca tinha visto!

Em 2003, após o período trabalhando em fazendas de terceiros, Geralda decidiu entrar para o MATR no intuito de reivindicar uma propriedade onde pudesse estabelecer a produção e garantir seu sustento. Como Valda, ficou acampada por um tempo, até que em 2011, conseguiu conquistar uma parcela no recém-criado Assentamento Marcia Cordeiro Leite. Geralda mora sozinha em sua parcela e possuiu bastante autonomia quanto aos rumos de sua vida e de sua propriedade. Ela resslta a falta de apoio e de união na comunidade como os maiores problemas do Assentamento.

Aqui no assentamento é tudo difícil! A primeira dificuldade foi conquistar a terra, quando a gente conseguiu, ai vem outros desafios. Simplesmente pra cercar a propriedade já é um custo muito grande de arame e estaca, imagina pra fazer outras coisas? [...] A gente participa do movimento, mas no movimento, essas coisas de apoiar a produção do assentamento ainda é muito fraco. A gente sente falta do apoio dos governantes e do INCRA. Alguns apoios até aparecem, mas acaba que não resolve a vida de ninguém. Tudo que a gente pensa em fazer aqui esbarra no fato de faltar união na comunidade e no alto custo pra fazer qualquer coisa.

Para ela, a desarticulação institucional da comunidade é extremamente prejudicial para que qualquer experiência coletiva possa ter êxito no local. Apesar da presença do MATR, isso não é suficiente para atenuar alguns conflitos e promover o desenvolvimento e fortalecimento institucional da comunidade.

Nas reuniões da Associação e, principalmente, nos encontros promovidos pelo movimento, Geralda representa uma postura firme quanto aos seus ideais e posicionamentos. Para ela, é fundamental que as mulheres tenham esse comportamento proativo, já que, normalmente, esses espaços acabam sempre dominados por homens.

Nas reuniões do movimento eu sempre bato de frente com os homens. Eu observo que eles, normalmente, não pensam na comunidade como um todo [...]. As mulheres sempre tem um olhar mais longe que os homens. Por isso, a gente tem que se posicionar com firmeza. Se não, os homens passam por cima da gente e decidem tudo do jeito deles [...]. Muitas vezes aqui na comunidade, a mulher precisa gritar para ser ouvida!

Geralda afirma que, apesar das dificuldades, as principais iniciativas que tiveram algum sucesso na comunidade foram protagonizadas por mulheres. Ela menciona o projeto de hortas e galinheiros apoiado pela ONG Instituto Nova Fronteira, o projeto da horta comunitária, que contava com o apoio do NEPEAS/UnB, e por fim, o projeto da Agroindústria do Cerrado, que também conta com o apoio da UnB por meio do Projeto InovaCerrado.

O Projeto da Agroindústria foi o grande responsável por estabelecer uma articulação mais consistente entre as mulheres da comunidade que se uniram para coletar os frutos no Cerrado, beneficiar e comercializar os produtos em feiras e eventos ligados a temática de conservação do Cerrado. Apesar dessa articulação, os conflitos já existentes no assentamento atrapalham muito o andamento do projeto e da produção agroextrativista. Para Geralda, a única saída é as mulheres se articularem e se apropriarem da Agroindústria. Além disso, é preciso ignorar completamente os ruídos de comunicação gerados pelos vários conflitos internos da comunidade.

O trabalho na Agroindústria é muito bom. Mas apesar de ter juntado várias mulheres, a gente ainda não tem nossa associação. Isso prejudica muito a nossa autonomia para decidir as coisas [...]. Acaba que o negócio não fica de ninguém! Eu entendo que para as mulheres não tem outra saída. Elas precisam se juntar de vez e enfrentar o problemas da água, da regularização das terras e das brigas. Só assim, será possível desenvolver alguma produção ou algum projeto pra gerar renda para o povo.

Geralda, assim com as outras pessoas da comunidade, destaca o problema da água como um dos principais entraves no assentamento. Mas, ela conta com um poço artesiano em sua parcela, o que permite que tenha uma oferta regular de água e pratique suas roças durante todo o ano.

Apesar de garantir a alimentação com sua produção, isso não tem representado um alívio em seu orçamento devido à dificuldade de acessar o mercado e comercializar o excedente. As poucas famílias que produzem na comunidade enfrentam sérios problemas quanto à comercialização de seus produtos. A fragilidade institucional dificulta a articulação entre as produtoras e produtores para o escoamento da produção e a adesão à políticas públicas de compras governamentais de produtos da agricultura familiar. Ainda assim, Geralda acredita que a produção agroecológica e o agroextrativismo devem ser os instrumentos de união das mulheres no intuito de promover a economia local bem como o protagonismo e valorização do seu trabalho na comunidade.

A gente tem um problema sério de associação aqui! Tem duas associações que ficam em briga disputando o povo e aí nada anda [...]. Eu tenho meu poço, então eu consigo fazer minha roça de feijão, milho

e mandioca o ano inteiro. Só que como falta companheira pra produzir aqui a gente tem dificuldade de acessar a merenda escolar e de fazer feira. Aqui no Distrito Federal até existem lugares para levar produto e vender, mas se não tiver um grupo junto fica inviável. Na época da horta comunitária, a gente produziu muita coisa, mas por conta dos problemas, não conseguimos vender, muita coisa perdeu e a horta acabou parando. Mas eu acredito que esse é o único jeito. Precisamos juntar as mulheres que querem realmente trabalhar e colocar a agroindústria pra funcionar o tempo. Além disso, podemos plantar nossas agroflorestas pra que isso nos ajude a ganhar mais um dinheirinho e melhore a nossa alimentação.

5. Mulheres assentadas e a prática agroflorestal

Mesmo considerando as especificidades no que diz respeito à trajetória de vida das mulheres entrevistadas, é notável constatar o envolvimento de todas com as questões agroecológicas, em especial, com o sistema agroflorestal de produção e, sobretudo, como esse envolvimento pode gerar desdobramentos tanto na dinâmica familiar, quanto na comunitária.

No caso de Josa, é importante destacar o orgulho demonstrado em relação ao seu trabalho e ao produto colocado na Feira do Produtor, no município de Barro Alto/GO, que ela frequenta semanalmente com o esposo. O reconhecimento e valorização de seus clientes quanto aos cuidados empregados no cultivo da horta são aspectos que ela sempre gosta de ressaltar.

Na Feira, os clientes estão muito interessados nos nossos produtos e as verduras dessa Agrofloresta é diferente. Você pode deixar dois, três dias na geladeira que não perdi! Os alimentados tem mais vida! [...] E todo mundo está em busca de coisas mais saudáveis. (Josa)

Esse reconhecimento por parte dos clientes se deu a partir do momento que Josa decidiu enfrentar o desafio de fazer a transição da horta convencional para a produção agroecológica agroflorestal e, assim, produzir um produto mais limpo e saudável. Esse processo de transição agroecológica na produção representa um enorme desafio para as famílias de agricultores, já que não implica somente na busca de uma maior racionalização econômica e produtiva com base no contexto local, mas também numa mudança nas atitudes e valores em relação ao manejo e à conservação dos recursos naturais.

Dessa forma, além da questão técnica de plantio, Josa teve que mudar sua perspectiva em relação à propriedade, sua forma de lidar com a terra e, até mesmo, sua postura frente à comunidade e à família. Aproveitando a existência de um projeto na comunidade, buscou o engajamento pessoal para ter condições de iniciar sua transição para a produção agroecológica.

Esses fatores vêm, aos poucos, garantindo mais autonomia e, por consequência, uma relação mais branda quanto à hierarquização das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho em sua unidade familiar de produção. O processo de transição agroecológica vem contribuindo, igualmente, para que Josa tenha condições de assumir atuação mais política, tanto na comunidade, quanto nas relações com o mercado.

Em se tratando de Dalva, é possível perceber a sua grande dedicação ao cuidado da família, principalmente, no que se refere ao relacionamento com os filhos. O saber agroecológico acumulado por ela e a conseqüente adoção da Agrofloresta como sistema de produção da família, representou um certo empoderamento, especialmente no que diz respeito às questões produtivas. Porém, seu posicionamento em questões mais estratégicas, principalmente aquelas ligadas ao mercado e à gestão, permanece tolhido, devido à condição familiar onde prevalece uma relação de gênero de dominação tradicional. Segundo Duarte & Salviano,

Neste tipo, a base sobre a qual as relações de gênero se estabelecem na unidade familiar é a dominação de um gênero sobre outro. Esta dominação, aparentemente, não ocasiona tensão, seja de forma latente ou manifesta, na medida em que é tida como um fato indiscutível e aceita naturalmente por ambos os gêneros. A divisão sexual é bastante clara e definida nos moldes tradicionais das atribuições femininas e masculinas. O equilíbrio/solidariedade aparente neste tipo de relação é frágil e pode ser quebrado a qualquer momento, transformando-se, então, no tipo de tensão manifesta (Duarte & Salviano, 2002, p. 225).

Nesse sentido, temos um quadro que podemos qualificar de autonomia relativa. Ou seja, a partir da prática agroflorestal, Dalva passou a ter seu papel produtivo, de certa forma, reconhecido pelo esposo. Além disso, ao sair com mais frequência da propriedade para participar dos encontros da Associação, assumiu, naturalmente, uma postura mais autônoma. No entanto, as atribuições de limpeza da casa e de preparação dos alimentos permaneceram estritamente de sua responsabilidade e seu posicionamento nem sempre é levado em consideração em relação a qualquer decisão mais estratégica relativa à produção e gestão da propriedade.

Para Siliprandi (2009), torna-se imperativo compreender o significado, para a vida das mulheres, do fato de elas ocuparem um papel subordinado em todas as atividades produtivas. No entanto, com a articulação da Associação das Mulheres, Dalva conseguiu ter um espaço destinado para a implantação de seu módulo agroflorestal e, mesmo lhe sendo cedido o local mais infértil da parcela, a prática agroflorestal obteve um excelente rendimento.

Com relação à Apolônia, pode-se afirmar que, no contato com a proposta agroecológica por meio da Agrofloresta, abriu-se uma nova perspectiva de trabalhar com a terra, de utilizar os recursos e, principalmente, de obter renda. Isso contribuiu para torná-la mais afirmativa no enfrentamento às desigualdades nas relações junto à comunidade e em sua propriedade.

Mesmo com poucos recursos para investir e com um pequeno apoio concedido pela Associação das Mulheres, Apolônia reuniu condições de aproveitar sua produção, que antes se resumia a um pequeno cultivo no quintal. Dessa forma, a Agrofloresta potencializou seu papel, tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva, pois, houve um incremento na produtividade e, por

consequência, nas possibilidades de obter um ganho por meio da comercialização do excedente.

Com a Agrofloresta aqui na região melhorou muita coisa. Antes a mulher não tinha muitas possibilidades. Ela sempre ficava dependendo do dinheiro do marido. Agora a gente consegue ter o nosso próprio dinheiro [...], e ainda, pensando no futuro. Porque, hoje eu ganho com horta, mas daqui a três anos eu vou ganhar com o café e com a fruteira! (Apolônia)

O acesso à renda representou, sem dúvida, um grande estímulo para que a Agrofloresta represente uma ação afirmativa de Apolônia. Além disso, vale ainda destacar, os benefícios ambientais proporcionados pela prática agroflorestal. A convicção de estar realizando um trabalho que esteja em consonância com a natureza também lhe traz grande satisfação.

O principal fator de estímulo à prática agroflorestal no Assentamento é o Projeto MAES – Módulos AgroEcológicos Sucessionais – que articulou algumas mulheres da comunidade em uma Associação em busca de uma postura mais representativa na proposição do modelo agroecológico de produção como alternativa para a região, já fortemente impactada pela fronteira agrícola. Esse Projeto promoveu o desenvolvimento e fortalecimento institucional da Associação das Mulheres que, atualmente, é a única organização formal de representação na comunidade. Com a entrega de cestas de produtos orgânicos e a realização de feiras, o Projeto vem contribuindo significativamente para a dinamização dos fluxos econômicos locais. A proposta agroecológica vem representando o despertar de uma nova cadeia produtiva, mais inclusiva e sustentável. São cerca de 20 famílias apoiadas na região, das quais cinco pertencem à comunidade Lagoa Seca.

Com a produção agroflorestal, as mulheres se organizaram em grupos de mutirões no intuito de preencher a lacuna da ausência de mão-de-obra local. Isso proporciona a troca de conhecimentos e saberes, bem como a possibilidade de vivenciar o trabalho na propriedade das companheiras, o que assegura uma sincronicidade nos plantios para que o produto nunca falte ao consumidor.

No projeto, cada um planta o que quer. O que sente bem, o que conhece, o que sabe que sua terra dá [...]. Só que é muito importante a gente se organizar pra gente ter sempre variedade e quantidade para oferecer para as pessoas. (Josa)

Aos poucos, as mulheres vêm conseguindo consolidar a Associação e potencializar suas ações. Com a renda obtida na comercialização e com os apoios pleiteados junto à iniciativa privada, elas conseguiram se apropriar de meios de produção e conquistar melhores condições de trabalho e de vida. A Associação já se beneficiou com a doação de um trator e alguns insumos, bem como, adquiriu com recursos próprios, um triturador de matéria orgânica, uma motosserra, dois tratoritos, uma roçadeira e uma máquina extratora de óleos vegetais.

O associativismo entre produtores e produtoras é uma alternativa promissora para vencer as dificuldades da cadeia produtiva, que vai desde a obtenção de sementes até a entrega do produto ao consumidor final. O cooperativismo facilita a compra de insumos, incentiva o uso racional de equipamentos, racionaliza as atividades pós-colheita e promove um escoamento eficiente dos produtos.

Além desses fatores, o fato da comunidade estar localizada em um ponto mais distante do centro urbano pode ter contribuído positivamente para que a adesão ao sistema agroflorestal pudesse ser possível. A influência da cidade é menor e, praticamente, não resta outra alternativa a não ser tirar o sustento da própria terra.

Sendo assim, a Agrofloresta, que concilia estratégias de conservação dos recursos ambientais e proporciona alta produtividade em pequenas parcelas, consistiu em um novo fôlego para as comunidades participantes do Projeto, em especial às mulheres do assentamento Lagoa Seca que, durante os últimos anos, tiveram suas estratégias de protagonismo prejudicadas por conta da expansão da fronteira agrícola e da adoção de práticas predatórias no campo.

O cenário se altera consideravelmente quando se analisa o Assentamento Marcia Cordeiro Leite. Em primeiro lugar, o Projeto de Assentamento ainda é muito recente e o processo de regularização fundiária não está completamente concluído. Isso tem contribuído para gerar um clima de tensão que pode acarretar, no extremo, uma situação de conflito. Assim, algumas famílias se sentem, de certa forma, impedidas de se estabelecer plenamente na terra com receio de, num futuro próximo, serem impedidas de ocupar efetivamente o espaço.

Porém, é possível identificar uma série de articulações e adequações que emergem no processo de busca da própria comunidade em estabelecer as condições necessárias para solucionar seus problemas. Nesse sentido, Cícera se destaca como sendo uma precursora, principalmente no que se refere à articulação das mulheres e à ações/iniciativas de base agroecológica. Ela lidera um grupo de mulheres que se organiza para extrair e beneficiar frutos do Cerrado. O grupo processa os frutos na Agroindústria localizada na sede do Assentamento e comercializa a produção em feiras e eventos ligados à preservação do Cerrado.

Apesar de não representar formalmente nenhuma organização comunitária, Cícera é reconhecida na comunidade como representante dos interesses das mulheres. Sua condição de solteira merece destaque, visto que vai no sentido oposto da concepção de família conjugal reforçada pelo processo de modernização rural.

Segundo Maia (2007), a noção de família conjugal, legalmente constituída pelo matrimônio burguês, esteve fortemente presente no processo de desenvolvimento rural no Brasil. Essa noção foi percebida como lugar estratégico para instituir o controle e a disciplina na vida cotidiana, a sexualidade

reprodutiva e a produção de modelos de homens e mulheres marcados pelas diferenças de gênero.

Nesse sentido, a figura da *solteirona*, assumida por Cícera, é fundamental para perceber processos de subjetivação feminina e a constituição de um dispositivo de controle e coerção sobre as mulheres em uma comunidade no meio rural (MAIA, 2007).

Os mecanismos de controle se engendraram, sobretudo, por meio do casamento legítimo, por isso, fora do casamento as celibatárias poderiam experimentar uma vida mais autônoma, constituir-se em indivíduos jurídicos e aderir, sem impedimentos legais, ao mercado de trabalho. Os mecanismos de coerção foram acionados para convencer as mulheres a se tornarem esposas, pois nesta condição elas poderiam ser mais facilmente controladas (MAIA, 2007, p. 14).

Cícera já foi casada; no entanto, a partir do momento que seus filhos conquistaram independência, ela optou pela vida de *solteirona* por entender que o casamento se coloca como um fator impeditivo para a mulher assumir plenamente sua autonomia e ter condições de expressar sua vontade, tanto dentro como fora da casa.

Hoje, graças a Deus eu não preciso de homem nenhum na minha vida [...]. Aqui na comunidade tem muito preconceito por ser solteira, mas minha liberdade não tem preço. Hoje eu planto o que eu quero, tenho minhas galinhas e posso sair sem ter que dar satisfação para ninguém. Para um projeto de agroecologia dar certo a primeira coisa que precisa fazer é ajudar a mulher a se libertar. (Cícera)

No que se refere à Valda, é interessante ver como se dá a relação entre ela e seu esposo. A dinâmica de trabalho do casal assumi contornos não identificados, até então, na pesquisa. Sr. Menezes assume parte das tarefas domésticas, dentre as quais as relacionadas à alimentação e à limpeza, e Valda se encarrega da capina e de alguns reparos na propriedade.

O que prevalece, neste caso, é uma relação que pode ser definida como uma relação de equilíbrio e solidariedade (DUARTE & SALVIANO, 2002). Nesse contexto, a base sobre as quais as relações de gênero se estabelecem na unidade familiar deixa de ser a da dominação de um gênero sobre o outro e passa a ser de complementariedade, especialmente no que se refere à divisão do trabalho e de poder de decisão.

Considerando que, devido ao processo de transformação ser calcado em uma crescente conscientização e superação do processo tradicional de dominação e das contradições dele consequente, este tipo de relações de gênero seja irreversível, pois as transformações tendem a mudar as relações de poder e dominação na unidade familiar, alterando e equilibrando a ocupação das relações de poder (Duarte & Salviano, 2002, p.227).

Assim, através de um entrosamento colaborativo entre as partes, Valda e seu esposo vão conseguindo enfrentar os obstáculos do dia a dia, inclusive, na busca por uma atividade que assegure melhores rendimentos à família. Segundo ela, é o companheirismo de seu parceiro que lhe garante forças para driblar a situação de vulnerabilidade que são vivenciadas em um assentamento.

Por fim, temos Geralda e sua postura firme nos encontros da comunidade. Foi por meio do movimento que, no intuito de conquistar uma terra para se estabelecer, ela começou a se envolver com a questão agrária. Ela também faz parte do grupo da Agroindústria, mas costuma se destacar por sua atuação nos encontros comunitários que tratam da questão institucional e fundiária do Assentamento.

Geralda se mostra bastante interessada nas discussões que envolvem os rumos da comunidade. Todavia, ela ressalta que, por conta do grande gargalo no aspecto organizacional, é muito difícil articular e consolidar qualquer iniciativa coletiva de produção e consumo na comunidade.

Existe certa representatividade das mulheres nas instancias do Movimento e da Associação, porém, a participação delas nas discussões e no processo de decisão assumem uma posição menos importante. Para Geralda, além de buscar mecanismos que assegurem a equidade de gênero nos espaços já estabelecidos na comunidade, é fundamental que as mulheres se organizem e estabeleçam um espaço de discussão ocupado apenas por elas.

Se a gente se organizar eu acho que a gente pode realmente fazer um trabalho de desenvolver os nossos potenciais produtivos, principalmente com a Agroindústria [...]. A gente se organizando também fica mais fácil lutar pelas coisas de nossos interesses nas reuniões da comunidade. Lá, a gente precisa gritar pra ser ouvida! (Geralda)

Mesmo com os entraves referentes à questão institucional e ambiental, principalmente, no que se refere à água, Cícera, Valda e Geralda, sempre tiveram o costume de aproveitar o período das águas para fazer suas roças. Segundo relatos dessas mulheres e de outros moradores, o Assentamento Monjolo já se destacou na produção de alguns cultivares como abóbora, melancia, quiabo e feijão, chegando, inclusive, a comercializar para o governo via mercados institucionais.

No entanto, o Assentamento Monjolo não é reconhecido como um polo de produção agroecológica. De certa forma, a única experiência realmente relevante na comunidade no que diz respeito à essa perspectiva é representada pelo grupo de mulheres agroextrativistas que trabalham na Agroindústria. Com relação a isto, alguns fatores merecem destaque:

- Já foram realizados alguns projetos interessantes na comunidade no que diz respeito a disseminação de ações de base agroecológica. No entanto, esses projetos tiveram o enfoque meramente produtivo e não consideraram a protagonismo da mulher. Isso prejudicou o envolvimento pleno das mulheres da

comunidade e, por consequência, a continuidade dessas iniciativas para que elas pudessem, de fato, criar impacto em termos de desenvolvimento rural.

- A desorganização institucional do Assentamento, que ainda conta com importantes entraves no aspecto fundiário, ambiental e organizacional, é um grande obstáculo ao empoderamento e articulação das mulheres da comunidade em prol de um projeto que trabalhe a questão agroecológica, proporcione geração de renda e assegure a segurança alimentar.

- Como inexistente uma cadeia produtiva estruturada na comunidade, as famílias não conseguem se articular para produzir e consumir em conjunto. Isso as coloca numa situação de vulnerabilidade econômica grave. Dessa forma, muitas mulheres do Assentamento, aproveitando a proximidade com o centro urbano, se dirigem até a cidade em busca de oportunidades de trabalho e renda. Com isso, a possibilidade de exercerem seu protagonismo na comunidade vai, aos poucos, se dissolvendo.

A experiência do grupo da capina mostrou a todos os participantes e à comunidade em geral a força do trabalho coletivo. No entanto, a iniciativa acabou se esvaziando por conta da ausência de mecanismos organizacionais e institucionais que pudessem dar suporte ao grupo.

Assim, podemos perceber a importância da adesão ao sistema agroflorestal de produção no que se refere a dinamização da economia local, desenvolvimento institucional e reconhecimento do papel produtivo da mulher nos dois contextos estudados. No Assentamento Lagoa Seca, o Projeto MAES reuniu a comunidade em torno da iniciativa. Com a implantação dos módulos agroflorestais, a produção foi se desenvolvendo de forma diversificada e em escala. Isso orientou os esforços das mulheres a aprimorarem a gestão da associação e a organizarem alternativas de comercialização. Sistemáticamente, isso se desdobrou em uma série de impactos positivos que consistem, principalmente, no fortalecimento do capital social e, ao longo do tempo, no aprimoramento das dinâmicas comunitárias.

No Monjolo, em função da instabilidade e insegurança com relação à questão fundiária e de outros fatores já discutidos neste capítulo, a construção de um plano/projeto que envolva uma perspectiva de médio/longo prazo fica prejudicada, o que reforça a vulnerabilidade e torna a representação e o reconhecimento das mulheres ainda mais ameaçados. Apesar disso, surgem arranjos e formatos de organizações informais entre os assentados, principalmente entre as mulheres, na busca de melhores condições para estabelecer seus meios de vida.

Para finalizar nossas análises, sintetizaremos as respostas às perguntas que nortearam a condução deste trabalho de pesquisa.

Identificamos dois fatores iniciais que, devidamente articulados, conferiram força e impulsionaram as decisões e ações dessas mulheres na direção de uma mudança em suas trajetórias de vida: Por um lado, uma situação de vulnerabilidade, especialmente vulnerabilidade socioeconômica, em função

do não acesso à terra e a outros instrumentos que viabilizassem, de forma efetiva, suas atividades enquanto agricultoras, e, por outro, uma vulnerabilidade de gênero, em função das desigualdades entre homens e mulheres, historicamente presentes no mundo rural, que desqualificaram e tornaram invisível o trabalho da mulher.

Através dos casos, é possível vislumbrar que a articulação das mulheres em uma Associação contribui para que as mulheres possam ter condições de exercer uma atuação política e obter apoios para fortalecer sua pauta em prol da valorização da biodiversidade e da soberania alimentar. A adesão à Agrofloresta deu-se na medida em que, além de ser um sistema altamente produtivo a um custo relativamente baixo, possibilitou o empoderamento e maior autonomia dessas mulheres; bem como a valorização de saberes e práticas agrícolas que faziam parte de seu cotidiano como agricultoras e corriam o risco de se perderem com a modernização conservadora no meio rural.

No caso do Assentamento Lagoa Seca, as entrevistadas se tornaram precursoras na disseminação da concepção agroecológica e de uma abordagem mais ampla relacionada ao desenvolvimento autêntico dos territórios. O sucesso na implantação e condução dos módulos agroflorestais contribuiu para que outras famílias na região acreditassem no sistema agroflorestal e também optassem por realizar a transição agroecológica.

A prática agroflorestal incentivou as mulheres a inovarem e a adequarem seus arranjos produtivos e organizativos. Na medida em que a produção foi evoluindo, tiveram que se esforçar para aprimorar não só as ferramentas autogestionáveis já existentes na Associação, como também as técnicas produtivas. A promoção da mão de obra coletiva e o estabelecimento de estratégias de compra de insumos e comercialização em conjunto mostram um impacto extremamente positivo no que se refere à potencialização de ações coletivas na comunidade.

Assim, as inovações e adequações sociotécnicas promovidas e vinculadas às práticas agroflorestais desenvolvidas pelas mulheres do Assentamento Lagoa Seca, se tornaram importantes instrumentos para o enfrentamento das desigualdades de gênero, afirmação do papel feminino na agricultura familiar e fortalecimento do capital social.

No Assentamento Monjolo, as mulheres são demandadas a se adequarem às condições de vulnerabilidade em que vive a comunidade, principalmente aquelas ligadas aos problemas e limitações institucionais e ambientais, e buscam desenvolver estratégias de protagonismo e de visibilidade a partir de outras formas não vinculadas diretamente à prática agroflorestal. O que se percebe é que essas estratégias ocupam um segundo plano no contexto comunitário, seja por conta da ausência de um espaço ocupado apenas pelas mulheres, seja por sua baixa representatividade nas instâncias formais de decisão existentes na comunidade.

Apesar desses fatores limitantes, algumas inovações/adequações sociotécnicas são promovidas, como as representadas pelo Grupo da Capina,

pela articulação via grupos informais, ou, ainda, pelo trabalho de estruturação da cadeia produtiva agroextrativista, aproveitando a estrutura da Agroindústria. Algumas dessas inovações/adequações sociotécnicas provocam impactos importantes nas famílias, especialmente no sentido de possibilitar o trabalho nas roças durante o período das chuvas. Manter as roças nesse período é de fundamental importância para a segurança alimentar, pois é quando boa parte das famílias costuma plantar feijão e outros grãos que serão consumidos ao longo do ano. A Agroindústria existente no assentamento pode ser um importante instrumento para fortalecer o papel protagonista das mulheres em ações que envolvam e articulem a valorização da biodiversidade e a produção.

As estratégias de protagonismo das mulheres do Assentamento Lagoa Seca estão baseadas nos sistemas agroflorestais. Esses sistemas tiveram grande adesão e repercussão entre os assentados em geral e, em particular, entre as mulheres. As ações e práticas agroflorestais são bem estruturadas e contam com o alicerce de um aparato institucional para assegurar seus impactos positivos junto às famílias e à comunidade.

No Assentamento Monjolo, a inexistência desse aparato e as fragilidades na organização comunitária são alguns dos fatores limitantes das estratégias de protagonismo e das práticas agroflorestais, especialmente por parte das mulheres que enfrentam enormes dificuldades para se articular e dar visibilidade a suas iniciativas. As ações têm sido pontuais e não suficientes para implantar, consolidar e manter os módulos agroflorestais na comunidade.

Finalizando, os resultados do trabalho de pesquisa mostram que existem diferenças entre as estratégias de protagonismo e as práticas agroflorestais nos dois assentamentos estudados.

6. Conclusão

A partir dos casos estudados, foi possível identificar trajetórias e experiências que conferem maior visibilidade à participação das mulheres assentadas na unidade familiar de produção e nas comunidades; identificar como enfrentam as barreiras e buscam superar as dificuldades, em especial aquelas relacionadas às desigualdades nas relações de gênero; e como as práticas agroecológicas, principalmente a Agrofloresta, podem criar mecanismos que estimulem o protagonismo por parte dessas mulheres. Para concluir este trabalho, retomaremos nossa hipótese a partir das respostas sintetizadas no Capítulo anterior.

Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que os fatores históricos, socioeconômicos e culturais ligados à vida das mulheres entrevistadas foram determinantes e tiveram uma grande importância na tomada de decisão de aderir à prática agroflorestal.

Já os fatores institucionais, que envolvem desde o acesso a políticas públicas e assistência técnica, projetos e outros aportes institucionais públicos ou privados; bem como os fatores organizacionais e inovações sociotécnicas, que abrangem estratégias de articulação entre as mulheres e experiências

associativas e cooperativas, se mostraram determinantes para a adoção e desenvolvimento da Agrofloresta como sistema produtivo.

A fragilidade institucional comunitária e o pouco espaço de representação das mulheres podem ser considerados como fatores que contribuem para reforçar ainda mais as desigualdades de gênero, dificultar o desenvolvimento de projetos que estimulem a cadeia produtiva agroecológica no assentamento e impedir que as mulheres se apropriem plenamente dos fatores de produção já disponíveis, como é o caso da Agroindústria de produtos do Cerrado.

Por meio dos relatos, percebemos que os fatores relativos à localização espacial (proximidade de um centro urbano) não apresentaram uma relação direta com a opção das mulheres assentadas de adotar a Agrofloresta como sistema produtivo, mas podem otimizar sistemas de comercialização alternativos que facilitem a colocação dos produtos no mercado local. Por outro lado, os fatores relativos ao meio ambiente físico (como a água) e os fatores relativos aos meios de produção (como posse da terra) ainda representam importantes entraves ao desenvolvimento da prática agroflorestal nos dois casos estudados.

Como observado na análise dos relatos, o grande potencial de geração de renda da produção agroflorestal também se constitui em um fator afirmativo no que diz respeito às estratégias de protagonismo e de visibilidade das mulheres assentadas, visto que o empoderamento econômico acarreta, impreterivelmente, uma maior autonomia da mulher.

Em certo sentido, a opção das mulheres assentadas pela prática da Agrofloresta representou uma alternativa não apenas de melhorar a renda familiar e a situação de vulnerabilidade socioeconômica, como, também, de valorização do patrimônio cultural acumulado pelas experiências anteriores. Em síntese, para essas mulheres, a Agrofloresta se colocou como um caminho promissor na direção de uma maior autonomia e, conseqüentemente, de superação ou minimização da vulnerabilidade de gênero a que estavam expostas.

Apesar das desigualdades de gênero e mesmo vivendo uma situação de subalternidade na família, elas assumem posição protagônica na produção e na vida comunitária, abrindo novos caminhos para que outras mulheres do assentamento e de outros assentamentos possam trilhar na direção do desenvolvimento autêntico e sustentável.

As inovações e adequações sociotécnicas promovidas e vinculadas às práticas agroflorestais desenvolvidas pelas mulheres podem estabelecer as bases e vir a se constituir em pilares de um modelo de desenvolvimento mais autêntico, voltado para a conservação e sustentabilidade da biodiversidade e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas ao longo do tempo.

A fragilidade institucional e a pouca representatividade das assentadas nos espaços participativos formais se constituem em barreiras que impedem que as mesmas se apropriem das estruturas produtivas, porventura já existentes nos

assentamentos, e, portanto, que exerçam uma participação efetiva na dinâmica comunitária, como é o caso do Assentamento Monjolo.

Assim, podemos concluir que, independentemente de uma ligação direta com a prática agroflorestal, as estratégias de protagonismo das mulheres assentadas são capazes de fazer frente aos obstáculos e podem ser consideradas como ações de resistência às vulnerabilidades. Essas ações se refletem em inovações sociotécnicas que, mesmo restritas, extrapolam os limites familiares e beneficiam a comunidade como um todo.

Retomando a hipótese inicial deste trabalho, podemos confirmar que as práticas agroflorestais de mulheres de assentamentos de reforma agrária podem ser uma importante ferramenta para a promoção do protagonismo e da visibilidade das mesmas, tanto para a construção de inovações sociotécnicas como para a valorização da biodiversidade, a promoção da soberania alimentar e da equidade de gênero. Principalmente, quando levamos em consideração o caso do Assentamento Lagoa Seca.

No entanto, ao observar o caso do Assentamento Monjolo, percebemos que, apesar do potencial do sistema agroflorestal, a existência de alguns fatores - como fragilidades institucionais e organizacionais, limitações ambientais e fundiárias, dentre outras -, pode contribuir para limitar o sucesso das experiências e ações das mulheres e reforçar as desigualdades de gênero.

Dessa forma, podemos concluir que a organização comunitária e aparatos institucionais bem estruturados são elementos fundamentais para a promoção do protagonismo e visibilidade das mulheres. A Agrofloresta, por valorizar um conjunto de conhecimentos e práticas naturalmente apropriadas por elas, contribui muito nesse sentido. A participação em projetos agroflorestais, estimula a articulação das assentadas na busca de alternativas inovadoras e aumenta as chances de sucesso das iniciativas de base agroecológica. Com um potencial multiplicador, essas ações podem, por um lado, conferir força ao protagonismo das mulheres e promover um desenvolvimento rural autêntico e sustentável em escala local, e, por outro, dar visibilidade e expandir essas experiências para outros assentamentos de reforma agrária da região e do país.

7. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.

AAKER, David A.; KUMAR V., DAY, George S. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2001.

ALMEIDA, Verônica Lima da Fonseca. Gênero e Sustentabilidade no Cerrado Goiano. Brasília, 2010. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, M. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ALMEIDA, Verônica Lima da Fonseca. Gênero e Sustentabilidade no Cerrado Goiano. Brasília, 2010. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia. Recife: ANA, 2006.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. Expressões da agroecologia. Recife: ANA, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 jul.2006.

CARE Internacional Brasil. Mapeamento Produtivo do Município de Santa Rita do Novo Destino/GO, 2013.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 9, 2º.Sem., p.22-55, 2001.

CARVALHO, Marília. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 46, 2011.

CARVALHO, L.P, F.M., & CAPPELLI, C. (2015). Um estudo sobre os entendimento de processos através de modelos com base no público alto. ERSI, 15, 2015.

CASADO, Gloria Guzman; GONZALEZ DE MOLINA, Manuel; GUZMAN, Eduardo Sevilha. Introduccion a la agroecología como desarrollo rural sostenible. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CASSARINO, J., & FERREIRA, A. (2013). Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura, 171-214.

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422p

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 2, abr./maio 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

CORDEIRO, Rosineide (orgs). Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2006.p.145-172.

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Córdoba, 1998. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422p.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p.175-204, jan./abr.2004.

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Brasil rural em debate*. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, p. 28-78.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: SWAIN, T (Org.) *Feminismos: teorias e perspectivas*. Textos de História. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília: UnB, v.8,n.1/2,p.9-46,2000.

DUARTE, L. M. G., & Theodoro, S. H. (2002). Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Editora Garamond.

DUARTE, L. M., Sabourin, E., Rodrigues Filho, S., Bommel, P., Morales, H., Waquil, P., ... & Homem, V. S. (2010). Abordagem metodológica das diversas dimensões da sustentabilidade em projetos de uma rede interamericana. *Raíces-Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, 29(1-2), 75-86.

DUARTE, L. M. G. Agricultura familiar no Brasil: destruindo mitos... reconstruindo utopias. Aula Magna FUP\UnB. Brasília, 15 de abril de 2014.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: *O progresso das mulheres no Brasil*. Fundo de

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM. Brasília: CÉPIA. Fundação Ford, 2006.

HERRERA, Adolfo Rodríguez; UGARTE, Hernán Alvarado. Claves de la innovación social em América Latina y el Caribe. Santiago do Chile: CEPAL, 2008.

FONINI, Regiane. Agrofloresta e Alimentação: estratégias de adaptação de um grupo quilombola em Barra do Turvo - SP. 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GÖTSCH, E. Break-thrupugh in agriculture. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 22p.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995B.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. Introducción a La agroecología como desarrollo rural sostenible Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo agropecuário 2006 agricultura familiar primeiros resultados. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750>>. Acessado em: 07/12/2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. [homepage da internet]. Rio de Janeiro: IBGE; acesso em 08/12/2016.

Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). Rota dos Orgânicos. Revista do IDEC, nº 162, fev 2012.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Campo em Transformação: Ações do INCRA-SP voltadas à promoção da cidadania da mulher assentada. São Paulo: INCRA, 2008.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). <https://incraoias.wordpress.com>. Acessado 10/11/2016.

INSTRAW/ONU. Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica. Distrito Federal: ONU, 1995.

LACEY, Hugh. Valores e atividade científica 1 (cap. 6 A dialética da ciência e da tecnologia avançada: uma alternativa?). São Paulo: Editora 34, 2008, pp.189-215.

LEFF, E. (2002). Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural Sustentável, 3(1), 36-51.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social

Mundial. Estudos Feministas, Florianópolis, v.11, n.2, p.623-632, jul./dez 2003.

MAIA, C. D. J. (2007). A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral-Minas Gerais (1890-1948).

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, Editora Atlas, 2005.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, maio/ago. 2004, p. 289-300.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MELO, Hildete P. de; Di Sabbato, Alberto. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: MDA/Nead, 2006. p. 47- 87.

MICOLLIS A, PENEREIRO F.M, RODRIGUES MARQUES H, VIEIRA D.L.M, ARCO VERDE M.F, RIGON HOFFMAN M, REHDER T, BARBOSA PEREIRA A.V. Guia Técnico: Restauração ecológica com Sistemas Agroflorestais. ICRAF, 2016.

MOTTA, R. P. S. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KIPTOT, Evelyne; FRANZEL, Steven. Gender and agroforestry in Africa: a review of women's participation. Agroforestry systems, v. 84, n. 1, p. 35-58, 2012.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. Proposta. Rio de Janeiro, v.25, n.71, p.30-38, dez/fev 1997.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In: Encontro Nacional de Agroecologia – Textos para debate. Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002.

PASTORE, Elenice. Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na região serrana do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PAULILO, M. I; DA SILVA, C. B. A Luta das Mulheres Agricultoras: entrevista com Adélia Shmitz. Estudos Feministas, Florianópolis. Maio - Agosto 2007.

PERROT, M. (1991). À margem: solteiros e solitários. História da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1991.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios. IBGE 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43 [cited 2015-06-30], pp. 225 - 238.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, dez. 1990.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rural e senel Siglo XXI*. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHNEIDER, S.; SHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49- 87, 1998.

SHIVA, Vandana. *Abrazarla vida. Mujer, ecología y supervivencia*, Monte video: Instituto del Tercer Mundo-ITeM SRL, 1991.

SILIPRANDI, E. C. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, p.61-71, jan./mar. 2000a.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.3, p.38 – 48, 2002.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.) *A produção do viver*. SãoPaulo: SOF – Sempre viva Organização Feminista, 2003.p.56-90.

SILVA, Berenice Gomes. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TERRACLASS CERRADO. Mapeamento do uso e cobertura do Cerrado. 2013. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/tccerrado/index.php?mais=1>>. Acessado em: 07/12/2016.

THEODORO, S. H., DUARTE, L. G., & ROCHA, E. L. (2009). Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. Theodoro SH, Duarte

LG, Rocha EL, organizadores. Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Anexo A

Gravações utilizadas

1. Entrevista com Josa, agricultora familiar assentada, Assentamento Lagoa Seca, Santa Rita do Novo Destino/GO, 06/06/2016.
2. Entrevista com Dalva, agricultora familiar assentada, Assentamento Lagoa Seca, Santa Rita do Novo Destino/GO, 07/06/2016.
3. Entrevista com Apolônia, agricultora familiar, Assentamento Lagoa Seca, Santa Rita do Novo Destino/GO, 08/07/2016.
4. Entrevista com Cícera, agricultora familiar, Assentamento Márcia Cordeiro Leite, Planaltina/DF, 16/09/2016.
5. Entrevista com Valda, agricultora familiar, Assentamento Márcia Cordeiro Leite, Planaltina/DF, 17/09/2016.
6. Entrevista com Geralda, agricultora familiar, Assentamento Márcia Cordeiro Leite, Planaltina/DF, 12/11/2016